

Paulo Rogério de Paiva Ferreira

Caracterização do potencial turístico do distrito de Piedade do Paraopeba, Município de Brumadinho-MG. Utilizando o geoprocessamento para implantação de pousadas.

VIII Curso de Especialização em
Geoprocessamento
2005



UFMG
Instituto de Geociências
Departamento de Cartografia
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte
cartografia@igc.ufmg.br

Ferreira, Paulo Rogério de Paiva

Caracterização do potencial turístico do distrito de Piedade do Paraopeba, Município de Brumadinho-MG. Utilizando o geoprocessamento para implantação de pousadas.

Monografia (Especialização)- universidade Federal de Minas gerais. Instituto de Geociência. Departamento cartografia. 2005

Orientadora Ana Clara Mourão Moura

Paulo Rogério de Paiva Ferreira

Caracterização do potencial turístico do distrito de Piedade do Paraopeba, Município de Brumadinho-MG. Utilizando o geoprocessamento para implantação de pousadas.

Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação em Geoprocessamento, Departamento de cartografia, Instituto de Geociência, Universidade Federal de Minas Gerais, à Obtenção do título de Especialista em Geoprocessamento.

Orientadora: Profa. Ana Clara Mourão Moura

BELO HORIZONTE 2005

Sumário:

1-Apresentação e Justificativa

2-O turismo como nova modificação de análise espacial.

2.1-Turismo. Questões Teórico Conceituais

2.1.1-turismo e Espaço

2.1.2-Turismo e Territotio

2.1.3-Categoria dos Atrativos turísticos

2.1.4-bem Turístico

2.1.5-Potencialidades Turísticas

2.2-Historia e Políticas Públicas para o Turismo no Brasil

2.2.1-Introdução

2.2.2-Avanços e recuos do turismo

2.2.2.1-O plano nacional de Municipalização do turismo: Descentralização ou despensão?

2.3-Historia e Potencial turístico em Brumadinho e Piedade do Paraopeba

2.3.1-Characterização Física

2.3.2-Brumadinho: Evolução Histórica e aspectos Gerais do Desenvolvimento Local.

2.3.3-Potencialidades Turísticas Em Brumadinho

3-Objetivos

4-Metodologia

5-Base cartográfica e Alfanumérica

Coleta de dados e georreferenciamento.

6-Análise de Potencial de Implantação de pousada.

7-Mapas

8- Conclusão

1 – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O turismo é uma das atividades sócio-econômicas de maior importância em vários países do mundo, chegando até a ser a de maior ênfase em vários deles. Vendo essa importância podemos afirmar que esse fenômeno de deslocamento voluntário e temporário deve ser visto e estudado com muita atenção para que não crie choques culturais, naturais, políticos, sociais e econômicos nos centros receptores.

O turismo constitui, hoje, uma grande fonte de arrecadação de recursos, mas analisado de forma unilateral, ou seja, somente pelo seu caráter tributário, torna-se uma atividade danosa, pois o turismo traz grandes impactos, muitas vezes negativos, para a sociedade e para a natureza. Sendo o distrito de Piedade do Paraopeba um distrito onde os turistas começam a freqüentar com maior intensidade, quais seriam os atrativos que estariam intimamente relacionados com as motivações de viagens dos turistas para aquele lugar? Quais os lugares de maior potencial para implantação de uma infraestrutura hoteleira na forma de pousadas?

Esse estudo tem relevância social e econômica, porque poderá beneficiar a população pesquisada, bem como servir de subsídio para política organizacional que favoreça a construção de um plano de desenvolvimento do turismo de fase sustentável.

Tem relevância científica porque poderá servir de embasamento teórico para outros estudiosos do turismo.

Tenho interesse pessoal, porque o autor, além de Historiador e Geógrafo, tem interesse em conhecer mais sobre essa área do conhecimento que é o turismo.

Outro ponto significativo é a exploração do potencial do geoprocessamento na produção de informações (resultantes de bases cartográficas e tabelas de atributos) e análises espaciais (estudo de potencial de exploração).

2- Turismo como nova motivação de análise espacial

2.1. Questões Teórico – Conceituais

2.1.1.– Turismo e Espaço

Ao pensar a relação entre turismo e espaço, uma pergunta nos perturba: A atividade turística está vinculada ao espaço?

Para que possamos responder a esta pergunta precisamos, primeiramente, conceituar espaço como cenário das atividades turísticas. Citando SANTOS, CRUZ (2000:15) afirma:

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Ainda tratando do espaço como cenário no qual se desenvolve a atividade turística, FANI (1999:26), afirma que:

“A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros”.

2.1.2. – Turismo e Território

Já o território apresenta “frações funcionais do espaço” (SANTOS, apud CRUZ, 2000:18), de acordo, com sua especificidade e especialização em determinada época. Segundo KNAFOU, o território pode ser dividido em três categorias distintas: território sem turismo, turismo sem território e território turístico (KNAFOU, apud CRUZ, 2000:18).

Para que se possa compreender o território sem turismo, citando KNAFOU, CRUZ (2000:18) afirma:

“Quando se fala de turismo, é preciso ter em mente que se está tratando, de um lado, de uma parcela da população mundial que reúne condições (materiais e imateriais, como recursos financeiros e tempo livre do trabalho) necessárias para o fazer turístico e, de outro, de determinadas porções do espaço eleitas pelo fazer turístico. Uma grande quantidade de pessoas e de lugares no mundo não faz parte do mundo do turismo. Esses lugares correspondem aos territórios que existem sem o turismo”.

No caso do turismo sem território, cria-se uma infra-estrutura distinta dos arredores ou seja, determinados espaços turísticos não levam em consideração o seu entorno, distanciando-se assim, da realidade social, econômica e cultural do local original.

Há o confronto entre o espaço turístico construído pelo homem e seus residentes, ocorrendo, desta forma, a segregação espacial de ambos. Porém para KNAFOU, a única forma de “turismo sem território” que poderia ser efetivamente considerada seriam as viagens virtuais; forma esta, no seu ponto de vista, questionável como modalidade turística (KNAFOU apud CRUZ, 2000:19).

Quanto ao território turístico pode o mesmo ser compreendido como o local inventado e produzido pelos turistas, pois acredita-se que “é a presença do turista que define a existência de um local turístico” (CRUZ, 2000:21). Outro ponto, de grande relevância para definir o território turístico seria a inserção do marketing em determinados locais, promovendo assim, esta categoria de território.

2.1.3 – Categorias dos Atrativos Turísticos

O conceito de atrativo turístico é bastante complexo, uma vez que a atratividade exercida pelos elementos varia de forma conforme o perfil do turista. Os atrativos, então, estão intimamente relacionados com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem destes elementos.

O atrativo turístico possui, em regra, tanto maior valor quanto mais acentuado e desenvolvido for o seu caráter diferencial. Sabe-se que, normalmente, o turista procura sempre conhecer aquilo que se mostra diferente dos aspectos de sua vida cotidiana. Assim, aquele atrativo que é único, sem outros semelhantes, certamente terá maior valor para o turista.

Para uma melhor sistematização e análise, os atrativos turísticos podem ser divididos em cinco grandes grupos:

1 – Naturais: São os elementos do espaço geográfico que constituem a paisagem. Incluem:

- a) Relevo montanhoso: constituído por elevações que podem chegar ao limite de 8.000 m de altitude. Compreende vários subtipos, onde temos os picos, as serras, montes, colinas, etc.
- b) Planaltos e planícies: planaltos são regiões mais elevadas, delimitadas por escarpas íngremes; planícies são áreas extensas e planas, podendo ser costeiras (como no litoral brasileiro) ou continentais (planície amazônica ou do pantanal). Nestas áreas se destacam as chapadas ou tabuleiros, vales, rochedos, entre outros.
- c) Litoral ou costa: consiste no domínio geomorfológico situado entre o mar e o continente. Inclui as seguintes formações:
 - Praias;
 - Restingas;
 - Mangues;
 - Baías/enseadas;
 - Falésias/barreiras;
 - Dunas.
- d) Terras insulares: correspondem aos territórios formados por ilhas, destacando-se as ilhas, arquipélagos e recifes.
- e) Hidrografia: é o conjunto das águas correntes ou estáveis de uma região. Compreende:
 - Rios;
 - Lagos/lagoas/represas;
 - Praias fluviais/deltas.

- f) Quedas d'água: as cachoeiras são quedas verticais ou muito íngremes de água no curso de um rio; as cataratas são grandes quedas d'água sobre um precipício; e saltos e cascatas são quedas menores.
- g) Fontes hidrominerais ou hidrotermais: são águas ricas em sais, caracterizadas por suas propriedades terapêuticas ou de revigoramento. São termais as que apresentam a temperatura mais quente que a do ambiente.
- h) Parques: são áreas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente. Destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos.
- i) Reservas de fauna e flora: são áreas delimitadas, nas quais existem condições primitivas naturais da fauna e da flora, destinadas à realização de pesquisas básicas aplicadas à ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.
- j) Grutas/cavernas: são cavidades de formas variadas que podem constituir, muitas vezes, verdadeiros salões ou galerias.
- k) Áreas de caça e pesca: são áreas destinadas à permissão temporária de caça e pesca, determinadas por medidas legais para as diferentes regiões do país.

1 – Histórico – Culturais

São manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob a forma de bens móveis ou imóveis. Para os bens imóveis são considerados apenas aqueles ditos fixos, ou seja, aqueles pertencentes ou não a coleções ou acervos, que estejam em exposições permanentes no mesmo local.

- a) Monumentos: são todas as obras – bens móveis e imóveis – produzidas pelo homem ao longo de sua história, consideradas testemunhos culturais, e que permitam a visitação pública e/ou sejam elementos componentes da paisagem e do ambiente interno dos roteiros turísticos. Estas obras podem ser de Arquitetura civil, Arquitetura religiosa e/ou funerária, Arquitetura militar, Ruínas, Esculturas e Pinturas.

- b) Sítios: são áreas consideradas como testemunho cultural do homem ao longo de sua história, pela homogeneidade e interesse especialmente artístico, histórico, científico e lendário, desde que permitam a visitação pública. Estes sítios se destacam, sendo eles:
- Históricos: são áreas que, por motivos históricos e/ou artísticos, representam importantes testemunhos para as culturas nacionais, regionais ou locais;
 - Científicos: são áreas que, por motivos científicos, representam importantes testemunhos da atividade humana, prestando-se para pesquisas arqueológicas e/ou paleontológicas.

2 – Manifestações e Usos Tradicionais e Populares

São todas as práticas culturais que são tidas como específicas do próprio local ou da região, ou ainda idênticas em nível nacional como: atividades cotidianas e festivas de cunho sagrado ou profano, de caráter popular e folclórico, consideradas objeto de apreciação e/ou participação turística.

- a) Festas, Comemorações e Atividades: são as manifestações tradicionais e/ou populares, que ocorrem em datas fixas ou móveis, caracterizadas por atos e/ou comemorações religiosas, populares, folclóricas ou cívicas. Estas festas ou comemorações são ou podem ser de cunho:
- Religioso: são as cerimônias em datas litúrgicas, homenagens a santos, novenas, trezenas, ladainhas, missas, romarias, procissões, jubileus e outros. Incluem também as cerimônias de outros cultos, cristãos ou não;
 - Popular e Folclórico: incluem as apresentações de música e dança, de autos, peças e encenações, literatura (cordel e outros), e crenças e credices (mitos e lendas);
 - Cívico: são as cerimônias oficiais, como feriados nos âmbitos nacional, estadual e municipal, as trocas de guarda e hasteamento de bandeira. Exemplos: paradas e desfiles militares.
- b) Gastronomia: é o conjunto de comidas e bebidas típicas e/ou tradicionais da região, que se caracterizam por suas formas peculiares e/ou exóticas de produção, apresentação ou degustação.
- c) Artesanato: são objetos produzidos manualmente ou com máquinas rudimentares, em pequena escala, por artistas populares de uma localidade.

- d) Feiras e Mercados: são os locais de compra e venda de produtos tradicionais da região, que podem estar instalados em locais fechados ou ao ar livre, funcionando com frequência diária ou semanal.

3 – Realizações Técnicas e Científicas

São obras e complexos científicos e/ou tecnológicos próprios para a exploração nas áreas de mineração, agricultura, pecuária ou da indústria e outras instalações que, por suas características de elaboração técnica, estimulam o seu aproveitamento como recurso de atração turística, permitindo, pois, a visita pública.

- a) Exploração de Minério: são locais de extração mineral que, por seus métodos e técnicas, apresentem interesses e condições para a visita turística.
- b) Exploração Agrícola e/ou Pastoril: áreas rurais, como fazendas, sítios ou chácaras, públicas ou privadas, onde sejam desenvolvidas atividades e pesquisas agrícolas e/ou pastoris com técnicas ou métodos que despertem interesse e condições para a visita turística. Podem ser:
- Fazendas – Modelo: áreas de exploração agropecuárias, normalmente privadas, que empregam as técnicas mais modernas do setor e que sejam passíveis de visita pública;
 - Estações Experimentais: são áreas públicas nas quais o governo investe em pesquisas agropecuárias visando à melhoria da produção e que possam ser visitadas pelos turistas.
- c) Exploração Industrial: fábricas, indústrias ou complexos industriais que, pela peculiaridade das técnicas utilizadas, ou dos seus produtos, despertem interesse ou tenham condições para a visita turística.
- d) Obras de Arte e Técnicas: são obras de engenharia que, por sua grandiosidade ou complexidade de execução e operação, despertem interesse e tenham condições para a visita turística, como grandes obras de reurbanização.
- e) Centros Científicos e Técnicos: são instituições, públicas ou privadas, cuja finalidade principal é o desenvolvimento de atividades de pesquisa e estudos técnicos e científicos, e que permitam a visita pública.

- Zoológicos, Aquários e Viveiros: instituições destinadas à conservação e criação de animais e que permitam a visita pública;
- Jardins Botânicos e Hortos: instituições destinadas à conservação e multiplicação de espécimes vegetais, visando sua preservação e a visita pública;
- Planetários: são anfiteatros dotados de equipamentos que permitem visualizações e simulações da situação e do movimento do sistema solar.

4 – Acontecimentos Programados

São acontecimentos organizados visando o intercâmbio e a divulgação de matérias científicas e técnicas, a comercialização de produtos, ao desenvolvimento e a prática de atividades desportivas, culturais e até assistenciais, que atuam como estímulo para o Turismo.

- a) Congressos e Convenções: são encontros de grupos profissionais dirigidos principalmente à apresentação de proposições, discussão e solução de problemas inerentes às suas áreas específicas de conhecimento e/ou trabalho, e/ou organizações e sociedades.
- b) Feiras e Exposições: são mostras que têm como principal motivo a apresentação ou comercialização de produtos para o mercado interno ou externo, abrangendo os setores econômicos da indústria, comércio, agricultura, pecuária e tecnologia, entre outros. Os principais tipos são: feiras e exposições comerciais e industriais, e feiras e exposições agropecuárias.
- c) Realizações Diversas:
 - Desportivas: competições de diversas modalidades, organizadas em nível local, regional, nacional ou internacional, dirigidas normalmente à classificação e premiação;
 - Artísticas/Culturais: apresentações de variadas formas de expressões culturais, organizadas para fins de estudo, informação cultural ou recreação;
 - Sociais/Assistenciais: acontecimentos com caráter de lazer e entretenimento – não necessariamente cultural – nos quais se enquadram também os que têm fins beneficentes;

- Gastronômicas/Produtos: são acontecimentos organizados para a degustação e/ou demonstração de hábitos culinários, produtos de uso ou de cultivo local, que, além das apresentações, costumam incluir reuniões e discussões;
- Festas Etno – Culturais – Religiosas: são eventos de colônias de imigrantes e descendentes radicados em determinadas áreas, que buscam relembrar e comemorar as datas dos padroeiros das cidades e regiões de origem;
- Feiras de Antigüidades e Mercados de Achados: são conhecidos internacionalmente como “mercado das pulgas”; estes eventos são realizados em locais tradicionais como centros históricos e são muito freqüentados por turistas estrangeiros que procuram objetos de arte e utensílios de época.

Uma vez identificados e classificados, os atrativos turísticos devem ser cuidadosamente avaliados, para que, posteriormente, se possa hierarquizá-los, determinando sua importância turística dentro do contexto local, regional e nacional.

A avaliação e a hierarquização dos atrativos turísticos constituem processos de extrema importância dentro do contexto do tratamento dispensado à oferta turística de uma determinada localidade, pois permitem a definição dos pontos de atração turística mais ou menos importantes, informações essas que, do ponto de vista da superestrutura, ou seja, da administração, são fundamentais quando da elaboração de estratégias e planos de ação no campo do turismo.

Neste processo, é necessário reunir um conjunto de fatores que permitam delimitar as qualidades e valores específicos de cada atrativo, em função de sua natureza e dos elementos que exercem ou podem exercer influência em seu aproveitamento turístico.

Os atrativos são, então, examinados numa análise sob a ótica estritamente turística, confrontados com os parâmetros previamente estabelecidos em metodologia própria.

2.1.4 – Bem Turístico

Ao analisarmos bem turístico, MONTEJANO (2000:69), afirma que:

“é um conjunto de recursos, infra-estrutura e serviços turísticos que se originam como consequência de relações econômicas e comerciais e que são ofertados no mercado conforme demanda específica”.

No entanto, para se compreender esse conjunto de aspectos é necessário analisar cada um dos elementos que o compõe:

- Recursos Turísticos: conjunto de patrimônios natural, histórico – monumental, artístico e cultural que pode vir a construir um núcleo turístico e que exerce poder de atração turística;
- Atrativos Turísticos: entendido como todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los;
- Infra-estrutura: conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. São constituídos pelos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações e outros serviços voltados para o atendimento aos turistas (id.; ibid.);

Considerando os itens citados acima, admite-se que a produção turística se faz a partir da vocação do lugar. Conseqüentemente, existem lugares passíveis de apropriação e produção que podem vir a constituir lugares turísticos como monumentos, paisagens, gastronomia, atividades culturais, desportivas, recreativas, constituindo uma motivação básica desencadeante da demanda turística do lugar, e outros, com menor aptidão paisagística, que minimizam a possibilidade de desenvolvimento da sua função turística.

Por outro lado, a escassez ou ineficiência de serviços turísticos e infra-estrutura de apoio constituem um fator de empecilho para a produção turística.

Busca-se, então, viabilizar a apropriação e a produção turística a partir da intencionalidade dos agentes produtores e das potencialidades que o lugar disponibiliza.

É cabível, pois, nesse momento, discutir as potencialidades do espaço.

2.1.5 – Potencialidades Turísticas

Para planejarmos a infra-estrutura turística de uma determinada área devemos, portanto, partir do fato concreto da existência de elementos naturais ou humanos que sirvam de atrativos para os indivíduos ou grupos de pessoas interessados em visitá-lo. Essas pessoas, enquanto turistas, podem vir a consumir produtos e/ou serviços. Portanto, é preciso que se crie uma infra-estrutura para a comercialização desses produtos e serviços.

Esses elementos atrativos são denominados potencialidades. Segundo ABELHA (1999:67):

“potencialidades turísticas são os virtuais e possíveis elementos, formais e materiais, localizados na área de atração, ensejadores da implantação, desenvolvimento e/ ou agilização das atividades turísticas”.

2.2 - História e Política Públicas para o Turismo no Brasil.

2.2.1-Introdução

Embora tenha se firmado na segunda metade do século XIX, o turismo mostra-se como um fenômeno típico do século XX. O progresso econômico e social operado nesse século permitiu o acesso às viagens de grande parte das populações, com a conseqüente implantação e desenvolvimento de uma vasta rede de equipamentos, destinados a produzir os bens e serviços para a satisfação das necessidades decorrentes dessas viagens.

Visto como importante alternativa econômica a partir da primeira metade do século XX, o turismo de massa passa a ser um fenômeno essencial da modernidade ocidental, em substituição ao que chamamos de “turismo elitista” alimentado por um pequeno número de burgueses e aristocratas.

A partir dos anos 40 com a consolidação das leis do trabalho que garantem que todo homem tem direito ao repouso, ao lazer, às limitações das horas de trabalho e a remuneração das férias periódicas, permitiu-se ao trabalhador, no curto espaço de tempo de duas gerações, tornar-se o homem das breves jornadas de trabalho, dos fins de semana e dos dois dias semanais de descanso e das férias anuais. É importante ressaltar que a 60 anos atrás o homem não conhecia o descanso e a interrupção do trabalho.

Outros fatores que tiveram relevante importância na dinamização e transformação do turismo em um fenômeno da sociedade contemporânea foram o desenvolvimento dos meios de comunicação, que encurtando as distâncias, permitiram a aproximação e o deslocamento das pessoas das mais diferentes classes e longínquas regiões, e a melhoria considerável dos transportes, que se constituem em importante fator de incremento e interiorização do turismo, tendo em vista serem instrumentos indispensáveis para a concretização desta atividade.

Pode-se destacar ainda na primeira metade do século XX a criação de várias organizações de turismo social como a *Caisse Suisse de Voyages* instituída em 1930 com a finalidade de financiar as férias das classes operárias européias.

É importante a junção desses fatores, nos quais residem a contemporaneidade e a dimensão desse fenômeno, pois, um maior número de pessoas passou a viajar sistematicamente, principalmente a partir da II guerra mundial, utilizando suas férias para conhecer novos lugares ou rever lugares já visitados, em busca de descanso e recreação. Isto provocou em nível nacional e internacional um aumento considerável dos fluxos turísticos.

2.2.2 – Avanços e Recuos do Turismo no Brasil

O Brasil, da era colonial, com prestação de serviços de má qualidade e apresentando pouca ou nenhuma infra-estrutura, no que tange a atividade turística, aos poucos foi se modificando, percebendo que não bastava apenas apresentar uma beleza natural exuberante, era necessário servir e atender bem os turistas nacionais e estrangeiros; pois “os turistas estão na origem do turismo” (KNAFOU, apud CRUZ, 2000:21).

No período recente nota-se, mais claramente, uma transformação no setor turístico e nas suas políticas nacionais, através da “mudança de mentalidade”. É o presidente da EMBRATUR, Caio Luiz de Carvalho, que afirma:

“nós acreditávamos que turista tinha que cair do céu porque o Brasil era lindo por natureza. Com isso nós perdemos muito tempo. Agora o governo federal entende que o turismo é um fato econômico e social e nós resolvemos sepultar os factóides e abraçar as causas estruturais” (SUELEN, s.d.).

Outro ponto de grande relevância, é a própria evolução da política brasileira. O país modificou suas prioridades, criando políticas nacionais e setoriais, no período de 1964 á 1966; políticas nacionais, estaduais e municipais, em 1991; podendo, estas últimas serem reformuladas pelo atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. Desta forma, pode-se perceber como a evolução institucional do turismo no Brasil ocorreu e ocorre de maneira gradual, passando assim por diversas fases.

Partindo-se do pressuposto de que a história do turismo brasileiro, esteja vinculada a evolução dos transportes, então:

“o turismo aqui floresceu por volta de 1549, quando Tomé de Souza mandou construir duas ladeiras e uma estrada larga para Vila Velha. Mais tarde surgiu ali uma cidade que cresceu ao lado do porto. Essa foi a primeira estrada regular implantada no Brasil. Logo surgiram outras, através do desenvolvimento da indústria

açucareira, que se alastrou pelas terras férteis do litoral, enquanto o gado penetrava pelo sertão” (FERREIRA, 1982).

Para que se tenha maior clareza da história das raízes do turismo no país, levaremos em consideração o desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte e os fatos políticos, desde a vinda da Família Real para o Brasil até os dias atuais.

Com a abertura dos portos, em 1808, após a chegada da Família Real, inicia-se uma nova fase que juntamente com a posterior expansão da lavoura cafeeira, impulsionaram o desenvolvimento urbano. Mas, deve-se deixar bem claro, que as Minas Gerais, devido a extração de ouro, conheceram a urbanização ainda no século XVIII.

De qualquer forma, a capital urbanizou-se rapidamente, misturando hábitos e costumes europeus e tupiniquins, hábitos estes que permanecem enraizados até os dias atuais. Apesar, desta urbanização, no Rio de Janeiro, demorou-se para implantar a infra-estrutura, afim de disponibilizar as novidades na prestação de serviços do setor turístico. Segundo PIRES citando MAWE (2002), as estalagens e tabernas possuíam poucas acomodações, tão desconfortáveis que os estrangeiros só residiam nestes locais se não conseguissem hospedagem na casa de algum amigo. E o aluguel das casas era caríssimo como os cobrados em Londres, devido, em especial à falta de materiais de construção e alvenaria.

A carência de hospedagem na Corte estendeu-se por muitas décadas, assim como a carência de meios de transporte. Apenas em 1860, houve uma significativa melhoria nos transportes, com a extensão de uma rede de bondes puxados a burro por quase toda a cidade do Rio de Janeiro. Mas foi somente em meados de 1870, que ocorreu um marco na evolução deste setor com a construção de uma linha de trilhos urbanos entre a Corte e os bairros vizinhos.

Quanto à navegação fluvial, registra-se que a mesma teria sido impulsionada com a chegada da Família Real ao Brasil, desenvolvendo, também, a navegação de cabotagem. Já as estradas, começam a surgir pouco tempo depois em Minas e Espírito Santo, impulsionadas pela expansão da lavoura de café. Em 1854, Visconde de Mauá inaugura a primeira estrada de ferro do Brasil, ligando o Rio de Janeiro à Petrópolis, inaugurando assim as viagens coletivas no país.

Somente, no século seguinte, na década de 20, surge o transporte aéreo regular doméstico no Brasil, sendo implantado com eficácia em 1927, com a fundação da VARIG (Viação Aérea Riograndense) no Brasil (FERREIRA, 1982:39). Pouco depois, em 1933, é fundada a VASP (Viação Aérea São Paulo). Entretanto, segundo ABELHA (1999), a:

“história” da aviação, no Brasil, começou um pouco antes, em meados de 1909, quando o brasileiro Santos Dumont realiza a primeira viagem aérea entre Saint-Cyr e Buc, a 96km por hora”.

Apesar das significativas transformações do setor turístico em países de vários continentes, no Brasil o turismo era visto, na era colonial, como uma atividade marginal, considerada por muitos como artigo de luxo, sendo usufruída apenas pela classe dominante da época. Contudo, deve-se lembrar que a atividade turística como é conhecida atualmente no Brasil é muito recente, e deve-se predominantemente à exploração das águas termais.

A exploração das águas termais e banhos de mar, iniciou-se com a Família Real, tornando-se assim um modismo na época. Muitas pessoas começaram a utilizar-se de tais práticas para curar-se de algumas doenças, no caso das águas termais ou simplesmente para banhos, no caso das praias. Além do modismo ocasionado pelos banhos de mar e a utilização das águas termais para a saúde, as condições de higiene também melhoraram como um todo na cidade do Rio de Janeiro, produzindo um efeito positivo na constituição de outros atrativos turísticos.

A partir de 1859, as águas doces transformaram-se em atrativos turísticos importantes nos hotéis do Rio de Janeiro, já que muitos deles passaram a oferecer até cinco banhos diários. Mas não são só as águas que atraem os turistas, já que em meados de 1870, surge também modismo dos piqueniques e a culinária francesa nos bons hotéis, como forma de atrair cada vez mais turistas para a Corte. O setor hoteleiro também torna-se muito luxuoso, a partir de 1880, distanciando-se das simples estalagens e aproximando-se do conceito moderno de turismo (PIRES, 2002).

Entretanto, os grandes percursos do turismo no Brasil foram os estrangeiros, que relataram com detalhes as paisagens, traçando assim, roteiros de grande parte do Brasil.

As viagens dos estrangeiros eram, em sua maioria, realizadas com o intuito de obter conhecimentos científicos. Mas haviam também, aqueles que vieram ao Brasil para enriquecer na atividade comercial com a abertura dos portos, outros em missões especiais, como os jornalistas, e os engenheiros, devido a escassez de mão-de-obra especializada, além dos exilados, que apesar de não poderem ser considerados turistas, estavam por toda parte.

A partir de 1930, com a deposição Washington Luís, ocorre uma ruptura governamental, tanto política quanto econômica, cultural e social do Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. Inicia-se assim, uma transição do Estado agro-exportador para o Estado industrializante, no qual o setor público começa a apresentar maior participação econômica no país (CRUZ, 2000).

Cria-se, neste contexto, o Conselho Federal de Comércio Exterior, sendo considerado por muitos o primeiro órgão de planejamento governamental brasileiro. Esse período inaugura, uma série de planejamentos governamentais no Brasil, como o Plano Salte (1949-1953), o Plano de Metas (1956-1960), dentre outros.

No mesmo período, é criada, também a Divisão de Turismo, instituída como setor do Departamento de Imprensa e Propaganda, vinculada à Presidência da República. Essa Divisão constitui-se no primeiro órgão oficial de turismo na administração pública, tendo por objetivo, “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo”, ou seja, fiscalizar as atividades relativas às agências de viagem, conforme o Decreto-lei 1.915 de 27 de dezembro de 1939.

Esse Decreto-lei, legitima a atividade turística no Brasil, preocupando-se com o conjunto dos serviços relativos ao turismo (infra-estrutura, meios de transporte, dentre outros), ampliando a ação do Estado junto à atividade, e não mais apenas com a venda de passagens aéreas e/ou com o funcionamento das agências de viagens.

Desta forma, os assuntos relativos a atividade turística, estiveram vinculados a vários órgãos, como ao Departamento Nacional de Informações, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1946-

46), o Departamento Nacional de Imigrações, posterior Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1946-58), ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à Comissão Brasileira de Turismo – Combratur (1958-62); à Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio (1961-66), dentre outros.

Segundo CRUZ (2000), o fato do turismo estar vinculado a diversas esferas da administração pública, ao longo de várias décadas, confirma a premissa de que a atividade nunca foi prioridade das políticas federais de desenvolvimento. O pouco ou nenhum interesse do governo pode ser demonstrado, através do investimento econômico em outras atividades, transferindo constantemente a atividade turística para outros órgãos. Algumas destas transferências também ocorreram, pela simples mudança de governos.

Entre 1945 e 1960, alguns órgãos vinculados ao turismo brasileiro são extintos. Somente, em 1961 o Ministério da Indústria e do Comércio é reorganizado, sendo criada, em sua estrutura, à Divisão de Turismo e Certames, subordinada ao Departamento Nacional de Comércio.

A partir de 1964, a atividade turística ganha destaque no Brasil. O governo, preocupado em incentivar as exportações e criar divisas para o país, promove propagandas publicitárias para impulsionar à atividade. Em decorrência, o governo federal, decide, em 1966, determinar, de fato, uma política nacional para o setor turístico, através da promulgação do Decreto 55/66.

Segundo ABELHA (1991):

“Política Nacional de Turismo é o conjunto de situações, fatos e atos governamentais delimitadores das relações de autoridade e obediência entre o povo e o governo, em função do desenvolvimento das atividades turísticas”.

Esse decreto define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo (Cntur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). De acordo com o artigo primeiro do Decreto-lei 55/66:

“Compreende-se como Política Nacional de Turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país” (CRUZ, 2000).

Naquele momento o turismo começa a ser reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais do país, já que os incentivos fiscais criados em razão do turismo privilegiaram as regiões Norte e Nordeste.

Segundo CRUZ (2000):

“o Decreto-lei 55/66 estava em plena consonância com o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-66), elaborado sob a presidência de Castelo Branco. Os objetivos desse plano eram o de atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida”.

Em 1967 o conceito de política nacional de turismo é reformulado, através do Decreto-lei 60.224 de 16 de fevereiro de 1967, que aponta, no art. 1º:

“Compreende-se como Política Nacional de Turismo, o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda” (Id; *ibid*);).

Neste contexto, tornou-se de suma importância o papel da EMBRATUR (sob o regime jurídico de empresa pública) e o Cntur na condução das políticas nacionais de turismo.

O Decreto-lei 55/66 designou, ainda, a formulação e a execução da PNT (Política Nacional do Turismo) ao Sistema Nacional de Turismo, que por sua vez era constituído pelo Cntur, como órgão formulador, a EMBRATUR, como órgão executor das diretrizes e normas adotadas, além do incremento das atividades turísticas, e finalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, que tinha como função divulgar o turismo nacional no exterior, através das suas tarefas diplomáticas, o que foi estabelecido no artigo 7º do Decreto-lei 60.224/67.

Essas resoluções foram baixadas pela Lei 8.181 de 28 de março de 1991. O mesmo diploma transferiu ainda para a EMBRATUR todas as atribuições do conselho, ou seja, delegou a ela a finalidade de formular, de coordenar e de fazer executar a política nacional de turismo.

Nas novas normatizações foi dada ênfase ao aproveitamento turístico dos recursos naturais do país, aspecto que até hoje aparece em destaque nas orientações das políticas para o setor. Já a questão da infra-estrutura, uma das grandes prioridades dos programas oficiais, continua precária, fato esse que possui aspectos mais amplos, se restringindo não apenas às políticas de turismo, mas, sobretudo, pelas deficiências da política urbana e dos órgãos competentes pela sua concretização.

A reestruturação da EMBRATUR, com base na Lei 8.181 de 28 de março de 1991 é um marco importante na história das políticas nacionais de turismo. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto

448, de 14 de fevereiro de 1992, que estabelece como finalidade da PNT “o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional” (CRUZ, 2000).

No art. 3º nesse mesmo Decreto ficam estabelecidos os seguintes objetivos da PNT:

I – democratizar o acesso ao Turismo Nacional (...)

II – reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional (...)

III – aumentar os fluxos turísticos (...).

O Decreto 448/92 preconiza a democratização do turismo nacional, mas não explicita qualquer meio para alcançar este fim. Somente mais tarde, em 1966, quando da instituição dessa lei isso acontece.

O turismo é formado por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas com importância destacada no setor de serviços, na indústria e no comércio em geral.

Segundo FERRAZ (2001:55):

“o momento inicial da atividade econômica do turismo é a existência de atrativos naturais e culturais que despertem interesse de visitação. Compõem o chamado patrimônio turístico. Observa-se que propiciar essa visitação é a função da estrutura de produção de serviços de transporte, alojamento, alimentação, entretenimento e outros. Adequar a estrutura de produção implica normatizar o padrão de qualidade de seus serviços, a fim de propiciar o incremento do consumo, que realimenta todo o ciclo. Assim a intervenção estatal pode incidir na ordenação do patrimônio turístico, no apoio à produção, no controle de qualidade do produto e no incentivo ao consumo”.

No panorama atual da economia brasileira e mundial, o turismo está inserido em um contexto de alta

competitividade, em nível global. Ao tempo em que, cada vez mais, torna-se difícil a concessão de subsídios diretos para o incentivo aos investimentos da iniciativa privada, em inversões cujo retorno se dá apenas no médio e longo prazos. Além disso, para que esses investimentos tenham possibilidades de sucesso, faz-se necessária a garantia da qualidade dos serviços complementares que ocorrem no seu entorno.

O artigo 180 da Constituição Federal estabelece à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência de promover e incentivar o turismo, não prescrevendo, porém qualquer sanção ao administrador público que não o fizer.

Dessa forma, espera-se que os resultados positivos na promoção do turismo no Brasil efetivar-se-ão a partir da cooperação entre os Governos Federal, Estadual e Municipal. O artigo 24, VII da Constituição Federal deixa de mencionar a promoção e o incentivo ao turismo, aludindo à proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico, Turístico, Paisagístico, sendo que, na verdade, todos esses aspectos interessam diretamente ao turismo.

A menção ao termo turismo em nossa Constituição se dá no artigo 180, que prescreve: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

As ações do governo Federal, como um todo, devem se basear nos seguintes pressupostos para o desenvolvimento: a estabilização econômica, o financiamento do desenvolvimento e a reforma do Estado, objetivando a inserção competitiva, a modernização e a eficácia do Estado, e a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais.(EMBRATUR, 2000:27)

O Plano Nacional do Turismo foi montado dentro de um discurso universalista, como o objetivo de palmilhar uma política em que a imagem do país para o turista estrangeiro coloque o Brasil à frente como um dos principais núcleos turísticos da América Latina.

"(...) O Brasil indubitavelmente é um lugar único pela sua riqueza natural, cultural, econômica e histórica. Isto faz de nosso país um espaço maravilhoso com inúmeros atrativos, tendo na diversidade nosso instrumento principal de sua potencialização. “É inegável a nossa vocação para o turismo. Dispomos de todas as condições para cativar nossos visitantes - praias, florestas, montanhas, rios, festivais, culinária diferenciada, parques nacionais, cidades históricas e a tradicional hospitalidade brasileira, assim como, os equipamentos, as empresas, e a qualidade dos serviços já encontrados em muitas regiões do país”.(SUELEN, s.d.)

Dessa forma, o ministério do turismo, através, de uma agenda de promoção comercial do turismo brasileiro e por meio da EMBRATUR, coordenará a promoção dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. essas ações fazem parte do plano nacional do turismo, que define metas e estratégias para o turismo brasileiro nos próximos quatro anos.

2.2.1. – O Plano Nacional de Municipalização do Turismo: Descentralização ou Dispersão?

Antes de se dissertar acerca do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) é necessário que se tome conhecimento de que o mesmo foi elaborado como estratégia para o desenvolvimento nacional, buscando suprir a falta de uma política voltada para esta área, ao qual se aliou também a criação do Ministério do Turismo. Tal Ministério tem como o objetivo construir uma política que enriqueça a imagem do país para o turista estrangeiro e coloque o Brasil como um dos principais núcleos turísticos da América Latina.

O PNMT foi elaborado pela EMBRATUR, tendo a Organização Mundial de Turismo - OMT como consultora, para orientar o planejamento da atividade turística em âmbito municipal. O programa tem a seguinte orientação:

“É um processo de conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do município, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e de herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões de seus próprios recursos” (EMBRATUR, 1998, p. 12).

Esse programa tem como modelo o turismo sustentável, divulgado pela OMT e propõe conciliar a atividade e o modo pelo qual será gerido com as novas tendências mundiais de um desenvolvimento sustentável. De acordo com a OMT, esse modelo foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade, a satisfação ao turista e, ao mesmo tempo na qualidade do ambiente do qual depende tanto a comunidade como o turista. Para essa organização, o desenvolvimento do turismo sustentável é possível quando, na elaboração e execução do plano de turismo, são considerados a utilização dos recursos físicos, humanos e econômicos que compõem o destino turístico, a partir dos seguintes fatores:

- sustentabilidade econômica, que inclui a análise da competitividade entre esses recursos;
- sustentabilidade social, que prevê a adaptabilidade e capacidade social;
- sustentabilidade ambiental, que analisa os níveis de visitação, os tipos de visitantes e seu comportamento;
- sustentabilidade cultural, que envolve um estudo sobre a singularidade, força e capacidade cultural;
- sustentabilidade política, determinada pelo apoio e envolvimento de residentes do destino turístico.

Dentre os objetivos principais do PNMT está o de dotar os municípios, que possuam potencial turístico e condições técnicas e organizacionais, para promover o desenvolvimento da atividade turística, e principalmente, descentralizar as ações de planejamento, motivando o município como um todo, transmitindo as técnicas do planejamento turístico, de forma a capacitá-los para que eles elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT é um Programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo - OMT, adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa.

Dentre os seus objetivos estão:

- Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.
- Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural.
- Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal.
- Disponibilizar, aos Municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística.
- Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando o estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade (EMBRATUR,1998:32)

Para a implantação do PNMT observam-se três fases que devem se seguir, que são:

- 1ª Fase - Conscientização: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade.
- 2ª Fase - Capacitação: qualificação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.
- 3ª Fase - Planejamento: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, como facilitadores na Metodologia Simplificada de Elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

“Todo o processo de implantação do PNMT segue uma hierarquia quanto a sua organização, onde a mesma possui vários níveis, onde em âmbito Nacional, compete à Coordenação Geral a EMBRATUR e instituições parceiras, onde as mesmas têm por função planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do Programa,

em nível nacional. Já em âmbito Estadual, compete ao Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do Programa, no Estado. E por fim e o principal foco deste projeto, o município, onde compete ao Conselho Municipal de Turismo, criado dentro da filosofia do PNMT, iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de metodologia simplificada de planejamento, com enfoque participativo" (EMBRATUR, 1998:27).

A partir disso busca-se a qualidade da prestação de serviços e o correto gerenciamento dos recursos naturais e culturais:

“A explicação para o desempenho do setor está na política adotada pelo governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) em 1995, quando entidades de classe e secretários de Indústria, Comércio e Turismo elaboraram o PLANO NACIONAL DE TURISMO. A partir da elaboração deste, o governo federal passou a abraçar o turismo como atividade estratégica de desenvolvimento e várias mudanças foram feitas favorecendo a indústria do turismo” (SUELEN, s.d.).

Dentro deste enfoque, é necessário que o município elabore uma estratégia para o desenvolvimento turístico do município, que estimule a formação de circuitos turísticos entre o município e os municípios próximos, que apresentem afinidades e complementaridades e que tenham potencial para estimular um aumento do fluxo de turistas e de sua permanência no município ou no estado.

Para isto é necessário que os representantes da comunidade se unam, para a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico para a região. Além disso, estimular as representações municipais para a formação e operacionalização de circuitos turísticos e mobilizá-las para assumir

de forma efetiva e integrada as funções de planejamento e gestão do desenvolvimento turístico regional.

Para que este planejamento ocorra normalmente e para que haja uma melhor efetivação do PNMT, é necessário que se observe alguns aspectos importantes para a elaboração deste plano, sendo essencial que os seus elaboradores tenham uma visão consensuada da situação atual, seja ela negativa ou positiva para, a partir dos dados coletados, entenderem melhor a realidade do turismo nesta região.

Nesse aspecto, é importante a elaboração de um diagnóstico local que levante as potencialidades turísticas, assim como os aspectos da infra-estrutura de suporte, fundamentais para o desenvolvimento do turismo como atividade econômica.

Dentre os aspectos a serem levantados nesse diagnóstico destacam-se: Proximidade da capital, Facilidade de acesso, Diversidade do meio ambiente, Possibilidades de exploração do agroturismo, Tradição culinária, Festas populares e religiosas, Marcos históricos regionais, Relevo favorável a prática de esportes radicais, entre outros. Além destes atrativos é necessário que se busque estudar a condição de transporte, ou seja manutenção das rodovias, existência de malha rodoviária e se a mesma está em boas condições de uso, existência de trilhas, etc.

Outro fator que é de suma importância e questão da hospedagem, ou seja, é necessário que se tenha locais que possam ser aproveitados como sítios, fazendas, proximidade a rodovias e a grande centro e potencial para construção de hospedagens.

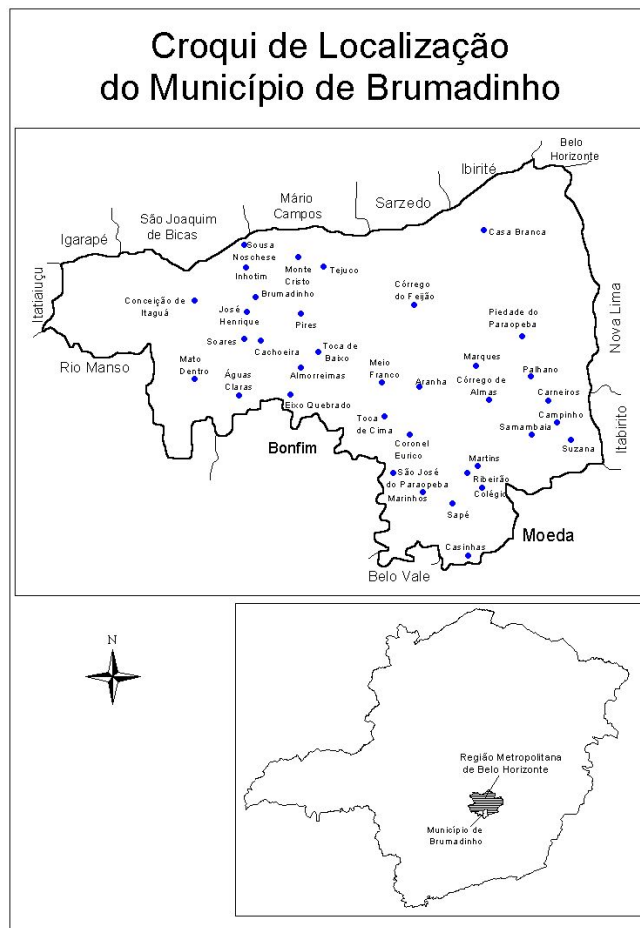
Dentre os demais elementos estão a alimentação, a qualidade dos serviços prestados, como por exemplo o fornecimento de energia elétrica, agencias bancárias, correios, etc.

2.3-Historia e potencial turístico em Brumadinho e Piedade de Paraopeba

2.3.1 – Caracterização Física

O município de Brumadinho pertence à região metropolitana de Belo Horizonte. Está inserido no Quadrilátero Ferrífero, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, na Microrregião do Espinhaço Meridional, sendo as coordenadas geográficas da sede municipal 20° 08' 37" latitude sul e 44° 12' 00" longitude w .

O clima da região de acordo com a classificação de Koppen, é o tropical de altitude, com chuvas no



verão e inverno seco. A média pluviométrica anual, para o período de 1962 a 1971, foi de 1471 mm. A temperatura média anual é de 21,9°C, sendo a média das máximas 26,8°C e das mínimas 14,3°C.

Figura 1 – Representação do município de Brumadinho, inserido no Estado de Minas Gerais.

Fonte: Mapa de localização do município de Brumadinho. Atlas Escolar, 2002. (Adaptado).

A floresta tropical e o cerrado constituem as coberturas vegetais primitivas do município, refletindo as condições edáficas e a maior ou menor profundidade do lençol freático. Tais formações encontram-se bastante devastadas tendo sido, na sua maioria, substituídas por culturas ou pastagens ou ainda utilizadas na da produção de lenha e carvão. Dos remanescentes florestais do município, localizados, via de regra, nas meias - encostas e fundos de vale, a maior parte é constituídas por formações secundárias. Uma das porções mais preservadas do município é seu trecho ocidental, área onde instalaram-se numerosos condomínios de casas de campo.

A rede de drenagem faz parte da Bacia do São Francisco. Os principais cursos de água no município são o Rio Paraopeba e seus afluentes: na margem esquerda o Rio Manso, Águas Claras e Macaúbas; ribeirões Sant'Ana e São Mateus, e na margem direita ribeirões Maré ou Saúde, Serra, Porto Alegre, Contendas, São Caetano ou dos Marinheiros, Piedade, da Catarina, Casa Branca, do Feijão e Tejuco ou Ferro-Carvão.

Segundo dados do IGA (Instituto de Geociências Aplicadas), Geomorfologicamente, Brumadinho está inserido na área do Quadrilátero Ferrífero e das Colinas do Alto Paraopeba.

O Quadrilátero Ferrífero é representado pela linha da cumeada que limita o município ao norte e leste, caracterizando-se por cotas elevadas (serras da Farofa, Três Irmãos, Piedade, Rola-Moça e Moeda). É uma área de maciço antigo, com ocorrências de itabirito, hematita compacta e filitos hematíticos, em grande parte alterados, havendo nas suas escarpas várias minerações. Trata-se de uma área com baixa e média propensão à erosão acelerada, fato que se deve, principalmente, à predominância de solos litólicos, afloramentos rochosos e crostas ferruginosas ou cangas. Originaram-se daí numerosos focos de assoreamento dos cursos de água da região, e algumas erosões em consequência das minerações de ferro.

As Colinas do Alto Paraopeba são de vertentes ravinadas e vales encaixados, com cristas esparsas, de altitude entre 700 a 900 metros. Nesta unidade predominam os solos argilosos espessos, oriundos da decomposição de granito-gnaisses, ocorrendo largas faixas de aluvião, geralmente acrescidas de depósitos provenientes de assoreamento.

Segundo PIREs, as unidades litoestratigráficas que compõem a área estudada são:

- Complexo Bonfim e Belo Horizonte: Considerados de idade arqueozóica, reativados em eventos tectono-metamórfico posteriores,
- Supergrupo Rio das Velhas: Constituído essencialmente por uma seqüência de rochas máficas, ultramáficas, metassedimentares e formações ferríferas associadas, metamorfizadas nas faces dos xistos verdes,
- Supergrupo Minas: Ocorre ao longo do prolongamento oeste da Serra do Curral e Serra das Gaivotas, contendo todas as suas unidades em afloramentos bem expostos,
- Rochas Ígneas: São corpos máficos e ultramáficos com nítido caráter tardio, que ocorrem cortando as seqüências rochosas anteriores,
- Depósitos Terciários e Quaternários: São constituídos por cangas, solos lateríticos, coluviões, aluviões, arenitos e argelitos.

Os sistemas de dobramento e falhamento mostram efeitos de pelo menos duas fases deformativas de caráter regional. O principal bem mineral é o minério de ferro, notadamente a hematita compacta, o itabirito e a canga rica.

2.3.2 – Brumadinho: Evolução Histórica e Aspectos Gerais do Desenvolvimento Local

O município de Brumadinho está localizado na Zona Metalúrgica, no centro de importantes cenários da própria conquista de Minas Gerais. Os vales dos rios Pará, Paraopeba e das Velhas formavam, para os bandeirantes paulistas, o “sertão das conquistas”, além das serras da Mantiqueira e Espinhaço. Os bandeirantes não

acharam em Brumadinho a sonhada Serra das Esmeraldas, mas, em compensação, seus descendentes ficaram situados dentro de uma das regiões minerais mais ricas do mundo: o Quadrilátero Ferrífero.

A Lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938, reorganizou o quadro territorial da República. Na ocasião, o Governo de Minas Gerais baixou o Decreto – Lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, criando o município de Brumadinho. As terras de Brumadinho faziam parte do Distrito de Brumado do Paraopeba (atual Conceição de Itaguá), pertencente ao município de Bonfim. O povoado de Brumado do Paraopeba foi fundado por volta de 1914.

Quando formou-se o novo município, desligado de Bonfim, foram anexados os distritos de Aranha e São José do Paraopeba, saídos do município de Itabirito e Piedade do Paraopeba, desmembrado do município de Nova Lima. Em 1953, Conceição de Itaguá se torna Distrito de Brumadinho, que passa a possuir quatro distritos.

Em 25 de maio de 1955, o município de Brumadinho é elevado à categoria de Comarca Judiciária, pois antes estava circunscrito na Comarca de Bonfim. Atualmente é Comarca de 2ª Estância, com duas varas (JARDIM, 1982).

Brumadinho limita-se com os seguintes municípios: Belo Horizonte, Ibirité, Mário Campos, Sarzedo, Igarapé, Itatiaiuçu, Rio Manso, Bonfim, Belo Vale, Moeda, São Joaquim de Bicas, Itabirito e Nova Lima. A área territorial compreende 634 Km², sendo o 2º maior município da Região Metropolitana de Belo Horizonte e ocupando 0,11% da área total do Estado de Minas Gerais.

Brumadinho localiza-se na Zona Central Metalúrgica de Minas Gerais, limitando-se com a zona sul da capital mineira. Integra a APA-SUL (Área de Proteção Ambiental), sendo banhado pelos rios Veloso, Águas Claras, Manso e Paraopeba.

Segundo os historiadores, a história de Brumadinho está dividida em duas fases distintas. A primeira (final do século XVII e início do século XVIII) com a ocupação do Vale do Paraopeba pelas bandeiras e entradas posteriores. Nessa fase, surgiram os povoados de São José do Paraopeba,

Piedade do Paraopeba, Aranha e Brumado do Paraopeba (atualmente distritos), fundados na passagem dos bandeirantes, sobretudo Matias Cardoso e Fernão Dias Pais. A segunda refere-se ao nascimento da cidade de Brumadinho, à época da construção do ramal do Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil, no início do século XX.

O município possui imensas riquezas minerais e históricas e seus distritos testemunharam as obras dos bandeirantes paulistas, especialmente a de Fernão Dias Pais (JARDIM, 1982).

Segundo dados do acervo histórico de Minas Gerais, constante da home-page da Prefeitura de Belo Horizonte, Brumadinho é mais antigo que Mariana, Ouro Preto e Sabará.

- **Primeira Fase: A Bandeira de Fernão Dias Pais**

Por volta de meados do século XVIII, o Brasil já possuía a formação territorial atual. A conquista do território brasileiro foi realizada praticamente nos primeiros dois séculos da colonização portuguesa. Era o século do valor-ouro, pois as nações eram mais ou menos desenvolvidas, de acordo com o comércio que desenvolviam que as fazia possuir maior ou menor quantidade de metais preciosos.

Os portugueses acharam ouro no Brasil no final do século XVII, em Minas Gerais. Os sertanistas de São Paulo obedeciam a interesses da Monarquia Portuguesa e São Paulo era uma base de penetração para o sertão.

Os metais preciosos e a necessidade de aprisionamento de índios para a escravatura eram o objetivo principal do Governo Monárquico e dos interesses particulares dos bandeirantes.

A primeira bandeira é de 1531, chefiada por Pero Lopes na região do Vale do Paraopeba. Essa e outras entradas, através de rios maiores (Doce, São Francisco, Paracatu), foram criando lendas entre os índios de uma “Serra Resplandecente”.

Fernão Dias Pais era um sertanista experiente e recebeu, em 21 de setembro de 1664, uma Carta Régia do Rei de Portugal, D. Afonso VI, recomendando-lhe empenho na busca das minas de esmeraldas. Em 1672 Fernão Dias foi nomeado “Governador das minas de prata e esmeraldas” com plenos poderes para governar o sertão.

A formação da bandeira tinha uma estrutura militar. Na frente viria uma vanguarda chefiada por Matias Cardoso de Almeida, um experiente sertanista paulista. O objetivo dessa entrada era plantar roças que seriam o sustento da bandeira.

A primeira bandeira de Matias Cardoso de Almeida partiu em 1673 e possuía 125 homens, sendo que 120 eram escravos índios. Os índios Mapaxós e Cataguás tentaram resistir, mas foram vencidos pelos bandeirantes. Muitas terras de minas possuem o nome de “Conquista” devido às duras lutas para vencer os índios. A segunda bandeira partiu em 1674, comandada por Bartolomeu da Cunha Gago, com 31 homens. A terceira partiu em 21 de julho de 1674, chefiada por Fernão Dias Pais, com 1241 homens, sendo apenas 40 brancos.

Alcançando a Serra do Espinhaço, três caminhos se revelaram para os bandeirantes: à esquerda, o Vale do Rio Pará; ao centro, o Vale do Paraopeba, e, à direita, o Vale do Rio das Velhas. A bandeira seguiu pelo Vale do Paraopeba, penetrando, depois, no Vale do Rio das Velhas.

A bandeira de Fernão Dias fundou vários povoados: Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Itacambira, Itamarandiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serro Frio .

Há divergências quanto à fundação de povoados pela bandeira de Fernão Dias Pais. O povoado de Paraopeba, segundo alguns autores, seria o atual Sant’Ana do Paraopeba, hoje um povoado do município de Belo Vale.

Piedade do Paraopeba (atual distrito de Brumadinho), outro povoado fundado pela bandeira, teve por objetivo ser ponto de abastecimento da mais importante bandeira da História de Minas Gerais.

De acordo com BARREIROS (1979: 56), o roteiro de Pais incluía o caminho passando pelo Fecho do Funil, e correndo ao longo dos ribeirões Sarzedo e Arrudas, que seria uma velha trilha indígena,

por onde, séculos depois, se implantaria uma ferrovia ligando Sabará a Brumadinho, passando por Belo Horizonte.

Além de Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba e Brumado do Paraopeba foram inicialmente núcleos de abastecimento da bandeira, pousos de repouso de tropa e lugar de levantamento dos mantimentos. Piedade do Paraopeba parece ter sido um centro maior de mineradores, devido a suntuosidade de sua igreja, com um altar muito bem trabalhado em madeira. A igreja é do primeiro período arquitetônico: o missionário-jesuítico e rivaliza em importância com as principais igrejas do Estado. A igreja possui uma inscrição em seu altar lateral, datada de 1713.

Os remanescentes da bandeira de Fernão Dias descobriram as primeiras manifestações de ouro na terra mineira, no final do século XVII, em Ouro Preto e, a partir daí, iniciou-se uma onda migratória para a região das minas. O problema da subsistência se apresentou e a solução encontrada foi a dispersão dos povoadores, disseminando suas descobertas. Assim, o Vale do Paraopeba foi definitivamente ocupado. O nome “Paraopeba” possui várias explicações. A mais aceitável coincide com explicações lingüísticas, “rio de água rasa”.

Apesar da descoberta de ouro, mas não havendo volume que compensasse, os povoadores continuaram sua caminhada itinerante, como escreve LATIF: “E os mineradores sempre a caminhar, deixam como esteira de sua passagem, amontoados intermináveis de cascalho.” Esses “amontoados”, chamados de “brumado”, segundo SENA, significa a lavra “que deu em nada, em relação ao muito que dela se esperava”, origem da palavra “Brumadinho”.

Outro povoado também ligado à questão do ouro é o hoje distrito de Aranha, que pertencia a Ouro Preto, e cujo nome era Jesus, Maria e José da Boa Vista do Aranha, sendo do início do século XVIII. Tomou nome do primeiro dono das terras, José de Cerqueira Aranha, e o povoado foi sede de uma das instalações clandestinas de fundição de moedas (JARDIM, 1982).

- **Segunda Fase: A Fundação de Brumadinho e a Construção do Ramal do Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil**

A origem de Brumadinho deve-se à construção do Ramal do Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil. É impropriamente chamada de ramal, pois, na verdade é uma variante da Linha do Centro, pois desta sai e nela torna a entroncar-se.

Em 1896, o Governo Estadual havia organizado um plano de viação férrea, ligando entre si as estradas existentes e completando a rede convergente para Belo Horizonte. De 1869 a 1917, foram construídos, no Estado de Minas Gerais, 5012 quilômetros de estradas de ferro. Em 1973, essa medida chegava a 7945 quilômetros .

A construção do Ramal do Paraopeba faz parte dessa fase da construção ferroviária em Minas e no Brasil. O desenvolvimento da cultura cafeeira e a possibilidade de se extrair e exportar o minério de ferro fez da construção ferroviária uma necessidade e uma saída para o desenvolvimento. O crescimento das linhas interessava à economia inglesa que procurava criar novos mercados para seus produtos manufaturados no mundo inteiro. As companhias construtoras eram a maior parte com capitais ingleses.

Os grandes depósitos de minério de ferro existentes no Vale do Paraopeba determinaram a construção do ramal da Central do Brasil, que saía do município de Congonhas do Campo, até Belo Horizonte e General Carneiro, onde se encontrava novamente com a Linha do Centro. É um desvio, pois, que passa pelo Vale do Paraopeba.

Em 14 de novembro de 1914, inauguraram-se as Estações de Congonhas do Campo e Jeceaba. Em 20 de junho de 1917, inaugurou-se a Estação de Brumadinho. Nesse mesmo dia, foram inauguradas as Estações de Belo Vale, Fecho do Funil, Sarzedo, Ibirité, Jatobá e Gameleira. Em 16 de junho de 1919, inaugurou-se a estação de Moeda. Em 20 de junho de 1925, Souza Noschese e em 31 de julho de 1934, a de Inhotim.

Algumas famílias de Brumadinho têm origem em imigrantes estrangeiros e migrantes de outros estados que vieram para a construção da estrada de ferro. O engenheiro Victor Figueira de Freitas,

que trabalhou na construção, deixou algumas páginas de memórias dessa época, dando uma idéia sobre a vida no canteiro de obras, os salários e as condições de permanência .

As terras em volta do trecho principal da estrada de ferro de Brumadinho tinham o nome de Fazenda do Bananal, devido aos bananais esparsos. O córrego que passava ali, tinha o nome de Córrego das Bananas. A Fazenda do Bananal pertencia a Joaquim da Silva Moreira, dono também da Fazenda do Lavrado.

Com a construção do ramal, por volta de 1914, começaram a ser feitos pequenos casebres, principalmente no acampamento dos trabalhadores.

O nome “Brumadinho”, que foi dado à estação, tem origem na derivação do nome do povoado próximo: Brumado do Paraopeba. As hipóteses para o significado para a palavra “Brumado” são várias. A mais conhecida, tem origem no fenômeno que ocorre próximo a Garganta do Fecho do Funil, de condensação de uma neblina forte – “bruma” – que dura toda a noite, nos meses mais frios e em grande parte da manhã.

O termo “brumado” pode significar também, na linguagem do oeste de São Paulo, moitas cerradas e baixas; mato ou capoeira basta fechada (SOUZA, 1961:50).

Na opinião de SENA, como já se viu, “Brumado” significa a lavra “que deu em nada, em relação ao muito que dela se esperava”. Essa é a versão mais aceita para a origem do nome “Brumadinho”, uma vez que, em outras localidades denominadas “Brumado”, em Minas Gerais e no Brasil, não existe o fenômeno das brumas (JARDIM, 1982).

- **Desenvolvimento do Município**

Na administração do Doutor Alberto Belford, foi construída a primeira estrada de automóvel ligando Brumadinho a Bonfim e outros municípios e a primeira usina hidroelétrica da região inaugurada em 16 de julho de 1919. O Doutor Alberto Belford era engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil e em sua administração também foi construída a estrada ligando o povoado de

Melo Franco às Tocas do Paraopeba, onde foi feita uma mesa de pedra para servir de ponto turístico e incentivar a pesca.

Na administração do Senhor João Fernandes do Carmo, com doações de terras feitas por esse fazendeiro, foram construídas as primeiras ruas no perímetro urbano, a primeira igreja (atual matriz), o cemitério e o antigo estádio de futebol “Luiz Aristides Friche Passos”. A mais importante obra foi a construção do hospital com o seu nome.

O primeiro sistema de abastecimento de água, retirado de mananciais do lugar denominado “Lameira”, foi construído também a partir de terrenos doados pelo fazendeiro João Fernandes do Carmo, que foi prefeito municipal de 1951 a 1955.

Em 1928 foram construídas a estrada de rodagem para São Paulo e também a ponte sobre o Rio Paraopeba. Os trechos de Ibitité a Brumadinho e até Crucilândia foram completados em 1928. A supervisão da construção estava a cargo do engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht, auxiliado pelo engenheiro José Mendes.

O comércio desenvolveu-se rapidamente e, na década de 30, o distrito de Brumadinho atingia as características de uma pequena cidade, transformando-se mais tarde em município.

O primeiro prefeito nomeado pelo Presidente do Estado Benedito Valladares foi o engenheiro Mário Albergaria dos Santos, que trabalhava na Cia. De Mineração Minas do Paraopeba, em Brumadinho. O prefeito nomeou uma Comissão de Estudos Geográficos para levantar dados sobre a natureza do solo e suas propriedades minerais e deu nome de minerais valiosos a todas as ruas: Amianto, Colombita (hoje, Presidente Vargas), Tremolita, Bauxita (hoje, Barão do Rio Branco), Azurita (hoje, Francisco Antunes Campos), Hematita, Oligisto, etc.

A educação religiosa católica é uma tradição no município, tendo sido trazida pelos portugueses. No dia 31 de dezembro de 1939, o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, nomeou o Padre Eymard Rocha como o primeiro vigário. De 1962 a 1970, o vigário era o padre Vicente Assunção e a partir de 1970, os padres Paulo Vital e Dante Angellelli.

Em 1959, na administração do prefeito Manoel Batista de Figueiredo Sampaio foi resolvido o problema de abastecimento de água e energia elétrica decorrentes do crescimento da cidade, com a ajuda da população, que comprou cotas de ações da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais).

Há hoje no município, 3 escolas estaduais, sendo que a Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira e a Escola Estadual Paulo Neto Alkimin foram construídas na administração do prefeito José Nogueira Amaral (1967 a 1971), em convênio com o Plano Nacional de Educação.

O terminal rodoviário, o Fórum e o Estádio do Brumadinho Futebol Clube foram construídos na administração do prefeito José Ernesto Teixeira (1973 a 1977). Nessa administração, implantou-se o sistema de abastecimento de energia da CEMIG nos distritos de Piedade do Paraopeba, Aranha e São José do Paraopeba.

A praça de esportes, as escolas na zona rural, a ponte sobre o Córrego do Lavrado, e o convênio entre o município e a COPASA foram feitos na administração de Cândido Amabis Neto.

A construção da Rodovia Fernão Dias, ligando Belo Horizonte a São Paulo na década de 50 desviou o tráfego para fora do município e isso prejudicou bastante o comércio municipal.

No início dos anos 50, a possível construção de uma barragem no Rio Paraopeba, em Fecho do Funil, assustou os moradores próximos a esses locais, com um possível represamento. O Rio Paraopeba, espremido entre duas cadeias de montanhas, possui uma estreita saída para o sul do vale na Garganta do Fecho do Funil e isso seria ideal para a construção de uma barragem. No entanto, a barragem não pôde ser construída, pois o terreno de meio das serras é constituído de filito, uma formação geológica que não resiste à erosão das águas. Por outro lado, também foram descobertas riquezas minerais na região (JARDIM, 1982).

- **Sistema Rio Manso**

O Sistema Rio Manso consiste numa barragem construída no Rio Manso, formando um grande lago, ainda chamado de reservatório, uma vez que reserva a água para ser consumida pela população da região da Grande Belo Horizonte: Igarapé, São Joaquim de Bicas, Mário Campos,

Sarzedo, Betim, Contagem, Belo Horizonte, Santa Luzia e Pedro Leopoldo. Suas águas vêm dos rios Manso e Veloso e dos córregos Quéias, Lamas, Provisório, Souza, Grande, do Cruzeiro, das Areias, Taboca, da Pinguela e das Pedras. A barragem foi inaugurada em 1991 e o reservatório está localizado nos municípios de Brumadinho e Rio Manso. Em torno dele, os terrenos são protegidos numa área de proteção ambiental de 9.000 hectares. É o segundo maior, reservatório da COPASA () na Região Metropolitana de Belo Horizonte (LE SANN, 2002:14).

A área do reservatório está, em quase sua totalidade, localizada no município de Brumadinho. Isso gera uma preocupação especial, devido ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris na área de influência do reservatório, que sem o devido acompanhamento técnico, poderá levar à contaminação da água por substâncias químicas, (agrotóxicos), cuja remediação é onerosa e de difícil operação (IBRAM, 2003).

- Aspectos Gerais do Município de Brumadinho

A cidade de Brumadinho foi governada durante muitos anos por prefeitos que se revezavam no cargo, tanto antes como após 1973. De 1973 a 1992 a cidade de Brumadinho teve apenas dois prefeitos: José Ernesto Teixeira e Cândido Amábis Neto. Em 1993 foi eleito o prefeito Antônio do Carmo Neto que ocupou o cargo até 1996. Em 1997 voltou a ocupar o cargo o prefeito Cândido Amábis Neto que ficou no poder apenas dois anos, pois foi cassado por improbidade administrativa, assumindo o cargo o seu vice Nery Braga. Atualmente o prefeito voltou a ser Antônio do Carmo Neto, apesar de tramitar na justiça oito processos contra ele, a maior parte deles referentes à sua gestão de 1993 até 1996.

Brumadinho localiza-se na região do Quadrilátero Ferrífero, onde foi criada a APA-SUL RMBH. Sua localização, no coração das “Minas Gerais” possui uma estreita relação com a atividade minerária. Inicialmente ocupada por desbravadores em busca de ouro, quando os “insubmissos” da Guerra dos Emboabas se dirigiram para lá, fugindo da repressão, a fim de garimpar livres do fisco da Coroa Portuguesa.

Oitava economia mineradora de Minas Gerais (minas da MBR, Mannesmann e Vale do Rio Doce / Ferteco), Brumadinho é ainda recordista mundial de cachaça artesanal, com o selo da AMPAC. Pioneiro, lançou a cachaça feminina “Segredo do Patriarca”, além das cachaças “Brumado Velho”, “Saideira” e “Boa Vitória”. Brumadinho é uma das cidades mineiras no ramo de prestação de serviços, destacando-se os comércios de varejo, atacadista, de confecções de roupas, de produção de embutidos e hortifrutigranjeiros.

Atualmente Brumadinho possui 11 minas ativas e 31 inativas, mas ainda é destaque na produção mineral entre os municípios da APA-SUL RMBH (exceto Belo Horizonte) que concentram 32% do valor da produção mineral do Estado. Brumadinho responde por 13% do valor da produção mineral do Estado e 13,6% dos empregos do Estado nesse setor.

Os municípios de Itabirito, Brumadinho e Mário Campos, integrantes da APA-SUL RMBH, são detentores de decretos de lavra para água mineral. (IBRAM, 2003)

O município de Brumadinho possui uma área de 634 km² e conta com uma população de 28.150 habitantes (IBGE, 2002). A mineração de minério de ferro é a principal atividade econômica, ao lado da agricultura e pecuária.

A cidade de Brumadinho apresenta um potencial para a urbanização, sendo um dos motivos a demanda habitacional de Belo Horizonte e cidades adjacentes. Isso demonstra uma vocação da cidade para usos urbanos, residenciais e econômicos, em detrimento das atividades agropecuárias. A grande oferta de lotes para condomínios elevam as taxas de crescimento demográfico anual, apresentando à cidade um potencial para receber pessoas com rendas mais altas do que outras cidades da RMBH. No entanto, parte do município de Brumadinho faz divisa com a área de influência da Rodovia Fernão Dias, (BR-381) e pode sofrer uma demanda por lotes de 200 m², tendendo a ocupações de baixa renda. Isso pode não ser atraente para condomínios. No entanto a sede do município não sofre os efeitos dessa expansão, devido às barreiras representadas pelas Serras da Farofa e Rola-Moça, que tem no Fecho do Funil sua única e difícil transposição, impedindo o processo de conurbação. A elaboração do Plano Diretor, em curso, é importante para evitar a oferta de lotes irregulares, em topografias acidentadas, sem infra-estrutura e com acessos precários.

Por outro lado, Brumadinho é um município muito extenso e possui uma taxa pequena de rodovias pavimentadas e a barreira das serras da Moeda e do Rola-Moça dificultam o acesso, configurando um empecilho ao crescimento do município. As serras definem as divisas do município. A cidade tem uma grande oferta de lotes de 1.000 m² para condomínios, mas possui pouca porcentagem de ocupação, gerando ônus para o município e problemas para os empreendedores. A situação mais crítica ocorre em Casa Branca, com uma oferta de mais de 6.000 lotes com ocupação de apenas 10%. O crescimento urbano da sede é aceitável, sendo regulado pelo Rio Paraopeba, a ferrovia e a topografia da região.

A cidade apresenta uma vocação para os condomínios horizontais, em proliferação, devido aos seus mananciais, as encostas das suas serras, pela sua vegetação preservada, pelo seu clima ameno com “brumas” e pela cordialidade de seu povo. Os exemplos são o Retiro das Pedras, primeiro condomínio de Minas Gerais, criado em 1972, o Retiro do Chalé, a Aldeia das Cachoeiras, as Quintas de Casa Branca, todos próximos ao Alphaville Lagoa dos Ingleses.

A topografia suave na região de Palhano, Piedade do Paraopeba e Casa Branca, com articulação feita pela BR-040 sul, sentido Belo Horizonte – Rio de Janeiro, apresenta-se como um potencial para a ocupação. No entanto o acesso ainda é precário, sinuoso e perigoso, com rampas de alta declividade, tangentes curtas e curvas de raio pequeno.

- **As Unidades de Conservação**

As localidades de Brumadinho próximas a BR 040 estão sofrendo as maiores pressões dentro do processo de expansão urbana que vem ocorrendo ao sul da RMBH. Isso é um fator preocupante, devido essa porção do território municipal estar dentro dos limites da APA-SUL RMBH, e limítrofe ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça.

Além de uma parte do município de Brumadinho pertencer à APA-SUL RMBH, existem no município outras áreas de preservação. O município de Brumadinho possui 1/3 do Parque Estadual da Serra do Rola Moça, criado pelo Decreto 36.071 de 22/09/94, a APE Catarina, criada pelo

Decreto 22.055 de 14/06/82, com importantes pinturas rupestres e a APE Rio Manso, criada pelo Decreto 27.928 de 15/03/88, em torno da barragem da COPASA (IBRAM, 2003).

Recentemente a Câmara Municipal de Brumadinho aprovou a criação de mais uma APA no povoado do Inhotim, com o apoio do CODEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), aprovação precedida de estudo técnico elaborado pela Unidade de Consultoria e Projetos da EMATER – MG (). A APA recebeu o nome APA Paz Inhotim, sob o argumento de homenagear o empresário Bernardo de Melo Paz que tem um empreendimento na área.

As Unidades de Conservação se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. Esses grupos se dividem em diversas categorias. A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma das categorias das Unidades de Uso Sustentável e a Área de Proteção Especial (APE) foi criada baseada na Lei Federal 6.766, de 19/12/1979, que direciona o parcelamento do solo urbano (IBRAM, 2003)

2.3.3 – Potencialidades Turísticas em Brumadinho

1 – Potencialidades da Região da Encosta da Serra da Moeda de acordo com a ASTURIES

Casa Branca

- Cachoeiras: Catarina, MBR, Parador Real
- Floração da Canela de Ema
- RPPN – Sítio Grimpas (primeira da Grande BH)
- Caminhadas, *trecking*
- Caminho antigo de tropa
- Festas locais: São Sebastião, Folia de Reis, Amizade, Junina
- Artesanato: crochê, esteiras, cerâmica, cestos e esteiras de bambu
- Artes plásticas

Piedade do Paraopeba

Povoado situado junto a Serra da Moeda, ao sul de Casa Branca, terceira localidade de Minas Gerais, fundada pela Bandeira de Matias Cardoso (precursor de Fernão Dias), por volta de 1680. Dista cerca de 40 km de Belo Horizonte.

Atrativos de Piedade do Paraopeba

- Igreja do período jesuítico (anterior ao barroco), de 1713
- Capela da Fazenda Sampaio
- Capela de Nossa Senhora do Rosário
- Casario antigo remanescente do período colonial
- Áreas de mata atlântica, vegetação de cerrado e campos altimontanos
- Cachoeira das Flores, junto ao povoado
- Caminhadas, *trecking*
- Caminho antigo de tropa
- Festas locais: Congado, Junina, Festival da Laranja, Jubileu de Nossa Senhora da Piedade, Semana Santa com encenações, Festa do Divino, Festa de São Sebastião
- Artesanato: crochê, esteiras de talos de bananeira, peças de decoração feitas de papel jornal, arranjos com troncos e flores secas, peças em madeira esculpida, *biscuit*, pintura em porcelana, bolsas e tapetes de cordão, bordados
- Alimentos: mel, doces típicos, queijo, biscoitos e pães caseiros
- Atelier de artes plásticas

- Ponto culminante da Serra da Moeda – 1580 metros
- Mirante no alto da Serrinha
- Cruzeiro da pedreira
- Vista da Lagoa dos Ingleses e do Condomínio Alphaville
- Viveiro de essências da Mata Atlântica (Pau Branco)

Palhano e Córrego Ferreira

Povoações situadas junto a Serra da Moeda, ao sul de Piedade. Distam cerca de 50 km de Belo Horizonte.

Atrativos de Palhano e Córrego Ferreira

- Áreas de mata atlântica, vegetação de cerrado e campos altimontanos
- Cachoeira dos Bragas
- Caminhadas, *trecking*, vôo livre, *mountain bike*
- Festas locais: Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, Santa Cruz, Junina, Congado
- Artesanato: cerâmica, cestaria, bordados
- Alimentos: defumados, embutidos, mel, doces, broas de fubá
- Mirante da entrada do Vale (na estrada de acesso ao Vale do Paraopeba)
- Orquidário
- *Pesque e pague*

Suzana

Povoação situada junto a Serra da Moeda, no extremo sul do município de Brumadinho. Dista cerca de 60 km de Belo Horizonte.

Atrativos de Suzana

- Mirante: topo do mundo
- Cachoeiras
- Fazendas e casas antigas

- Igreja de Santo Antônio
- Banda de Música
- Festas locais: milho, Santo Antônio, Santa Cruz, São Pedro, Natal das Crianças São Vicente de Paula
- Artesanato: tapete arraiolo, crochê, bonecas, cestaria
- Fazenda dos Martins – tombada pelo IEPHA
- Caminho antigo de tropa

2 – Potencialidades Turísticas Citadas no livro “História e Riquezas do município de Brumadinho”, de Décio Lima Jardim e Márcio Cunha Jardim, 1982

A Casa de Fundição de Moedas Falsas

As ruínas no alto da Serra da Calçada, aproximadamente a cinco quilômetros ao sul do Condomínio Fechado Retiro das Pedras, ficaram conhecidas em 1977, através do jornal *Diário da Tarde*, de Belo Horizonte. Tomaram então o nome de “Forte de Brumadinho”, devido à solidez de suas paredes de pedras, elevadas a mais de quatro metros de altura.

O lugar ermo sugere uma série de hipóteses, entre as quais a do forte de tropas militares sobressaiu-se. Em mapas cartográficos é identificada como uma antiga senzala. O livro “Notícias Históricas”, de LIMA JÚNIOR (1953:179) tem um capítulo sobre a confecção de moedas falsas, em que ficam identificadas essas ruínas como uma antiga casa clandestina de fundição de moedas.



Figura 3 – Ruínas do forte de Brumadinho.

Fonte: Jane Alves Fernandes.

A posição das ruínas, no alto da Serra da Calçada ampara a hipótese de terem sido a casa de fundição clandestina. A gigantesca casa está situada no alto de um morro pouco abaixo do alto da serra; mas não pode ser vista de baixo para cima, porque se encontra no início da encosta, do lado contrário ao vale. A casa só pode ser vista do alto da Serra da Calçada e só podia ter fins ilegais. Não poderia ser um forte militar, pois uma fortaleza tem finalidade de representar a lei e ficaria em lugar visível. Não poderia ser uma senzala, pois o local não era adequado para instalações dos senhores dos escravos. Não poderia ser um quilombo, pois o terreno não é adequado para plantar gêneros alimentícios e a construção em linhas retas revela conhecimento matemático, fora do alcance dos escravos. Um curral não pode ter sido, pois o acesso é difícil e não há água no alto do morro.

Uma hipótese considerada é de ter sido um forte da época da Guerra dos Emboabas (1707 – 1710), mas não parece provável, pois os cenários dessa guerra foram Sabará, Ouro Preto e Tiradentes, muito distantes desse local.

A Casa de Alvarenga Peixoto

De acordo com SENNA (1909:303), Inácio José de Alvarenga Peixoto possuía uma fazenda em um lugar denominado Ponte Alta, que pode ser perto da cachoeira da Ponte Alta, no ribeirão da Catarina. Entretanto, em Campanha do Rio Verde, onde o Inconfidente tinha fazendas, há também um distrito com o nome de Ponte Alta.

A posse de terras por Alvarenga Peixoto, no Vale do Paraopeba, no entanto, é defendida por outros historiadores, VEIGA e LOPES, no livro “Os personagens da Inconfidência Mineira”, de 1974.

Ignácio José de Alvarenga Peixoto era um grande senhor de terras na região de Campanha, São João Del Rei e Vale do Paraopeba e também era poeta. Era um inconfidente e suas terras, incluindo as do Vale do Paraopeba, foram confiscadas durante a devassa da Inconfidência Mineira, tendo sua mulher, Bárbara Eliodora, em nome dos filhos, conseguido preservar grande parte dos bens, que estavam na cidade de São Gonçalo do Sapucaí.

Alvarenga Peixoto foi preso no dia 24 de maio de 1789, em São João Del Rei; e a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis foi feita no fim de março de 1789, portanto há um espaço de tempo no qual ele poderia ter tentado se esconder na sua fazenda da Ponte Alta. Foi degredado para a África e sua mulher enlouqueceu, pois todos os membros de sua família foram considerados indignos e infames.

A Fazenda dos Martins

Perto do povoado de Marinhos, no distrito de São José do Paraopeba, há uma fazenda histórica, construída por escravos: a “fazenda dos Martins”. A construção foi tombada em junho de 1977 pelo IEPHA – MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – através do decreto n.º 18.531.



Figura 4 – Fazenda dos Martins.

Fonte: Jane Alves Fernandes.

Um artigo publicado no jornal “Estado de Minas”, de 18 de agosto de 1976, sem autoria, afirma que a fazenda foi construída por um bandeirante da expedição de Fernão Dias Pais. A casa possui uma enorme senzala e um porão inferior, lugar de guardar ferramentas e máquinas. O segundo andar possui 4 quartos e 2 salões, com paredes e forros pintados ao estilo da época. Existem varandas na frente e nos fundos da casa. Na frente, uma escada de pedra leva ao pátio.

As ruínas da parte posterior com restos da grande parede de pedras da casa dos escravos impressiona.

O Quilombo de Sapé



Figura 5 – Capela do Quilombo do Sapé.
Fonte: Jane Alves Fernandes.



Figura 6 – Atuais moradores do Quilombo do Sapé.

Fonte: Jane Alves Fernandes.

No povoado de Sapé, que fica próximo ao povoado de Marinhos, existiu um quilombo de negros escravos. No entanto o quilombo de Sapé teve origem no final do regime escravista e não representa uma comunidade formada por escravos fugidos, rebeldes e resistentes à escravidão, o que tem gerado divergências quanto a ter sido ou não quilombo.

Os negros da região reuniram-se sob a liderança de um escravo chamado João Borges para viverem em comunidade, mas já livres.

João Borges, escravo da “Fazenda do Carmo”, em São José do Paraopeba, de propriedade do Major Jacinto Gomes do Carmo, recebeu de seu ex-senhor um pequeno lote de terras em Sapé. Vários escravos libertos vieram de outras fazendas e foram casando entre si, preservando os troncos raciais.

A sociedade original de Sapé foi objeto de estudo por pesquisadores e antropólogos da Universidade Federal de Minas Gerais em 1977. Os resultados foram apresentados no Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos em 12 de abril de 1978, na cidade de New Orleans (USA).

A Serra da Calçada

Antes da estrada de ferro do Ramal do Paraopeba, inaugurada em 1914, o comércio entre Piedade do Paraopeba, São José, Moeda, Barbacena e Ouro Preto era feito por tropas de burros, que seguiam por estreitas estradas, antigas, cortando as serras. A “Serra da Calçada” tem esse nome devido a trechos calçados por grandes matacões de quartzito, formando uma escada. Os trechos calçados têm origem no trabalho de um fazendeiro da região de Moeda.

O fazendeiro José de Paulo Peixoto, que possuía uma enorme fortuna, tinha o apelido de “Milhão e Meio” e colocou os seus numerosos escravos no serviço de calçar essa antiga via de comunicação.

A Serra do Rola-Moça



Figura 7 – Serra do Rola Moça.

Fonte: Folder do município de Brumadinho.

O conjunto de serras “Moeda” encontra-se com o conjunto “sistema do Fecho do Funil” e toma a denominação de “Rola Moça”. O nome vem de uma situação trágica e antiga. Um casal de noivos que atravessava a serra, pelas trilhas de cavalos, sofreu um acidente na volta. O cavalo da moça tropeçou e rolou pela encosta. O episódio é confirmado por vários autores (Silveira, 1924:409). A trágica história chamou a atenção do grande escritor e poeta Mário de Andrade, que deixou em versos a sua descrição: “A serra do Rola-Moça / Não tinha esse nome não...”.

3-OBJETIVOS

- 1) Identificar e localizar recursos e potenciais para o turismo no distrito de Piedade do Paraopeba-Brumadinho.
- 2) Gerar mapa de potencial de implantação de pousadas na área de estudo;
- 3) Investigar os conceitos básicos que envolvem a atividade turística;
- 4) Montar uma base de dados georeferenciados da localidade de Piedade do Paraopeba;
- 5) Analisar a base dos dados georeferenciados do distrito do Piedade do Paraopeba.

4-METODOLOGIA

Foi realizada uma investigação acerca dos conceitos gerais, caracterização do município de Brumadinho, levantamento das potencialidades turísticas, foi também promovida montagem de base de dados georeferenciadas e construção de análise espacial para apoio à gestão turística no distrito de Piedade do Paraopeba (Brumadinho-MG). Para tal, foram cumpridas as etapas:

- 4.1 Revisão bibliográfica acerca dos temas propostos nos objetivos;
- 4.2. Visita de reconhecimento ao local estudado;
- 4.3. Visitas técnicas aos pontos que poderão significar um atrativo turístico no distrito;
- 4.4. Coleta com o GPS de pontos de apoio ao turismo no distrito de Piedade do Paraopeba;
- 4.5. Construção de base cartográfica, georeferenciando os pontos levantados; (usarei o ArcView).
- 4.6. Construção de tabela alfanumérica com os atributos dos pontos levantados e caracterizados;
- 4.7. Realização de análise espacial das áreas potenciais para implantação de pousada;
- 4.8. Redação final.

5- Base Cartográfica e Alfanumérica coleta de dados e Georreferenciamento.

Foi feitos vários trabalhos de campo com o objetivo de levantar todos os pontos de interesse para o estudo do potencial turístico do distrito de Piedade do Paraopeba, através do GPS.

“Na escolha dos dados deve-se priorizar os pontos que podem ser de relevância para construção de uma pousada de apoio a atividade turística (Ana Clara).

Os pontos de interesse levantados foram toda a parte de infra-estrutura destinado ao turismo: Hospedagem, estabelecimentos comerciais, alimentação, saúde etc.

Fizemos o levantamento também de todos os pontos da paisagem natural relevantes e atrair turistas, como cachoeiras e vistas.

Utilizamos a base de estradas do distrito e acesso do professor Phillippe Mallaro, do departamento de cartografia do IGC-UFMG.

Todos os pontos coletados pelo GPS foram colocados numa planilha contendo atributos como: código, nome, atributos, características...

Exportamos a base de dados do programa EXCELL para o Software Mapinfo, associamos os dados cartográficos aos alfanuméricos.

Fizemos o estudo da distribuição da infra-estrutura, paisagem e visitação de acordo com o grau de importância para melhor localização de uma pousada em Piedade do Paraopeba.

Separamos a tabela pelos temas: infra-estrutura, visitação, paisagem gerando mapas separados de cada um.

Com os pontos distribuídos em cada mapa...determinamos qual seria o raio do BUFFER para cada área do interesse do turista, estando ele instalado na possível pousada.

- Infra-Estrutura: 200 metros á pe em busca de um serviço
- Paisagem: 100 metros, critério de escolha da pousada em função da boa localização paisagística.
- Visitação: 500 metros, para uma boa caminhada tendo como perfil do **usuário mais amplo**.

Com o resultado da criação de 3 mapas foi gerando um quarto mapa de visitação turística de Piedade do Paraopeba reunindo os 3 elementos definidores do potencial de implantação de uma pousada.

Um quinto mapa de localização e acesso de Piedade do Paraopeba foi criado, gerado a parti da base: Geominas e professor Phillipe Maillard.IGC-UFMG

6-Análise de potencial de implantação de pousada.

Decidimos por realizar os estudos de síntese e cruzamento de variáveis utilizando o Software SAGA-UFRJ. Contudo, este aplicativo se baseia em dados matriciais, o que exigiu a transformação dos mapas vetoriais para raster.

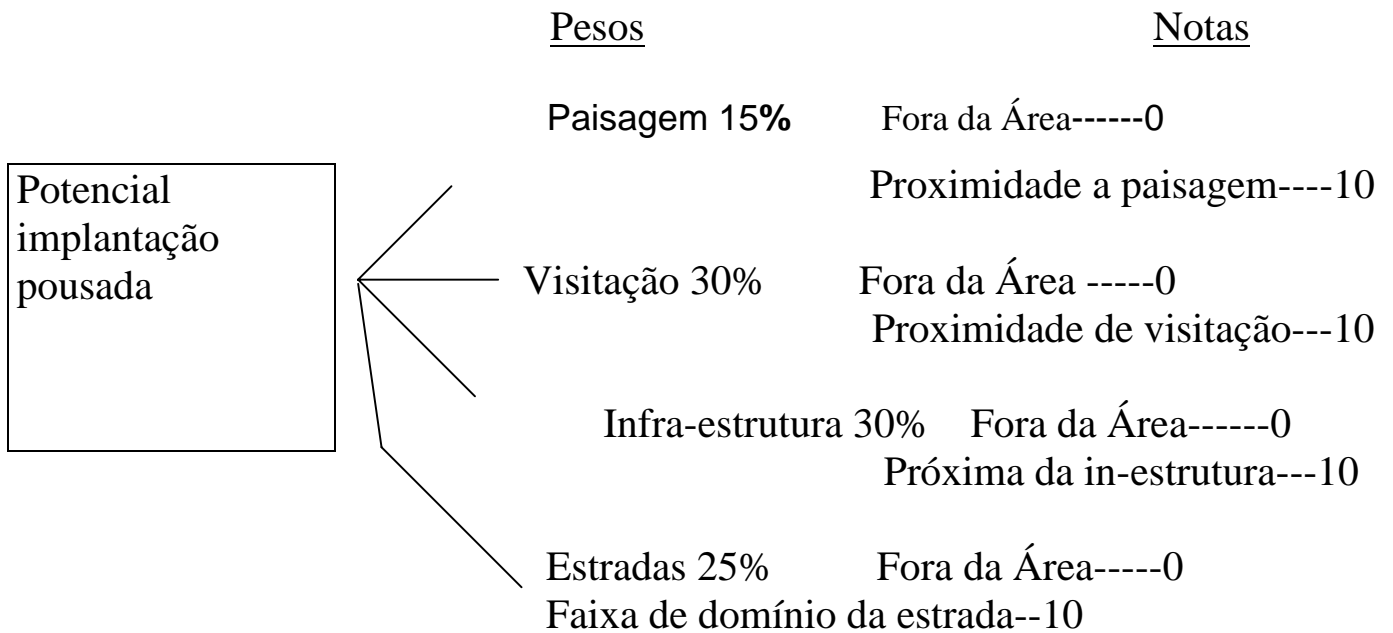
A conversão de vetores para matriz foi obtida no Software Microstation Descartes, no qual se georreferencia uma matriz na área a ser convertida, e nela são estampados os vetores. Deve-se ter cuidado com a definição da resolução (tamanho do pixel), numero de coluna e numero de linhas da matriz. No nosso caso o pixel foi de 10m, 500 colunas e 700 linhas.o arquivo gerado é um Tiff com cores indexadas, que será convertido para o formato RST do saga. No saga cada cor de representação será entendida como um componente de legenda.

Uma vez convertida toda a coleção de dados para o saga, foi promovida a síntese de potencial de implantação de uma pousada no distrito de Piedade do Paraopeba.

O procedimento utilizou o modulo de Avaliação do Saga, que baseia-se na aplicação de uma media ponderada. Isto significa montar uma “Arvore de Decisões”atribuindo pesos para a participações de cada variável e notas para os componentes de legendas.os pesos indicam a importância da variável

da síntese final, e devem somar 100%. As notas indicam, de 0 a 10, a importância do componente de legenda (subdivisão da variável) para a síntese final.

A “Árvore de decisões” da síntese do Potencial de implantação de uma pousada.



OBS: O critério dos pesos e notas foi dado pelo pesquisador, a partir, do seu conhecimento sobre Piedade do Paraopeba, o ideal seria fazer entrevistas a outros profissionais também conhecedores da área para tirar media dos valores.

O procedimento de síntese de variáveis, realizando, resultando em um mapa de potencial de implantação de pousadas em Piedade do Paraopeba. Sobre esse mapa pronto foi gerados outro (sobreposto) com o objetivo de mostrar a chamada “área de conflito” com este mapa, descobrimos em a área central próxima a da matriz da Nossa Senhora da Piedade...é a melhor área,por contemplar a maio união variáveis apresentadas. Para tal descoberta foi necessário a criação de uma matriz com notas, sem valor qualitativo, que não sejam repetidas, para deixar bem claro quais são os pixels que realmente obedecem estas características, esta matriz recebe o nome de interesses conflitantes.

Notas resultantes foram

Notas Resultantes foram

0

=====Baixo

2

3=====Médio á Baixo

4

=====Médio

6

7=====Médio á Alto

8

=====Alto Potencial

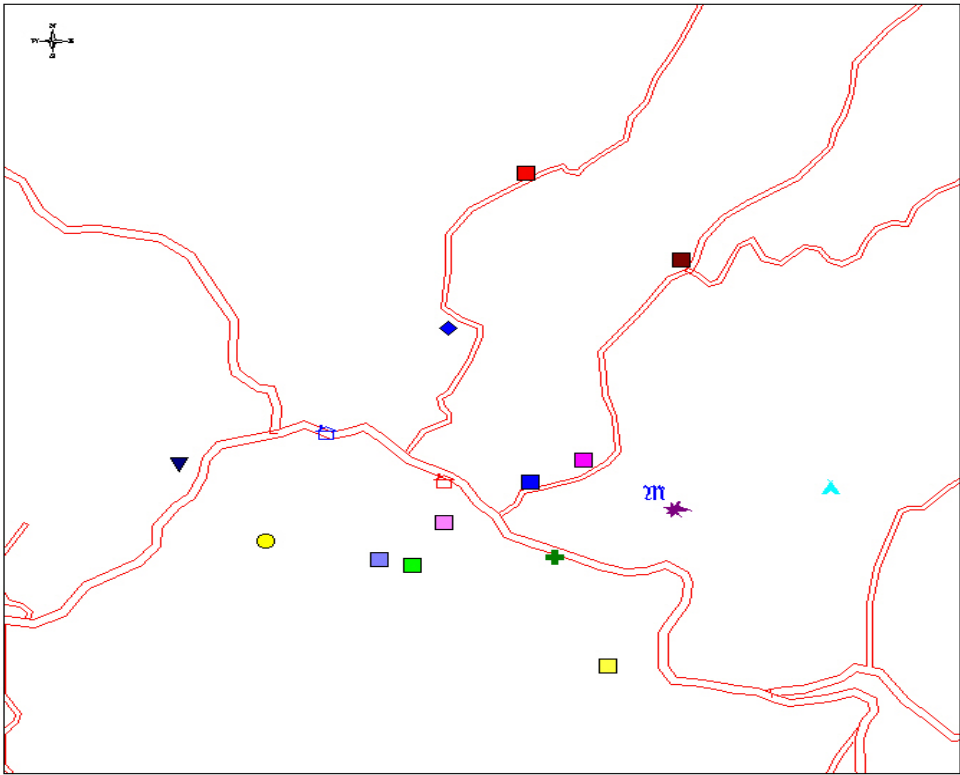
10

Construção de base cartográfica para visualização das localizações potenciais:

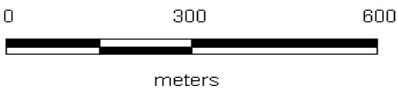
		Estradas	Fundo de Mapa
		0	2
Baixo	0	0	1
B ^a Médio	4	2	3
Médio	8	4	5
M ^a Alto	12	6	7
Alto	16	8	9

7-Mapas

MAPA DE PAISAGENS DE PIEDADE DO PARAÓPEBA

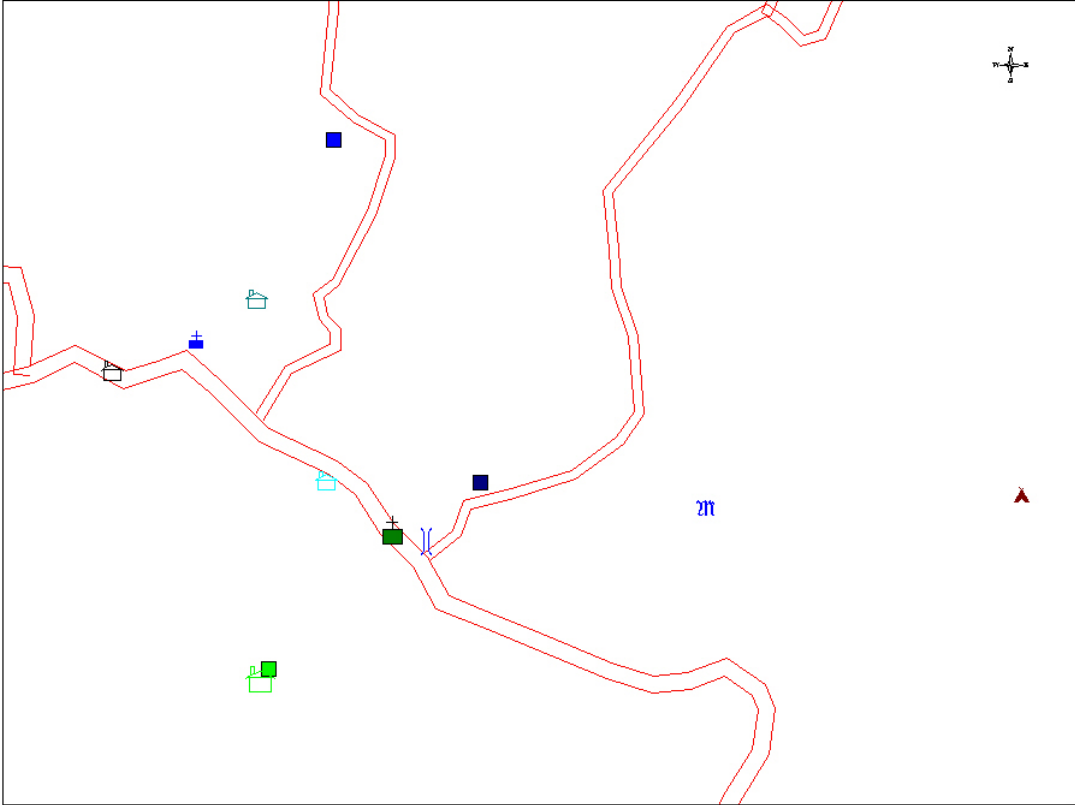


- Atrativos paisagísticos
- Cachoeira
 - Campo de futebol
 - Casarão colonial
 - Casarão dos sampaio
 - Descampado
 - Entrada da fazenda dos sampaio
 - Entrocamento de Casa Branca
 - Entrocamento estr. Sta Bárbara
 - Estrada para brumadinho
 - Granja
 - Lote ao lado do cemitério
 - Lote cemitério 2(-)
 - Lote cemitério1
 - Lote final norte
 - Lote futebol
 - Lote matriz
 - Lote pasto
 - Represa
- Vias de acesso

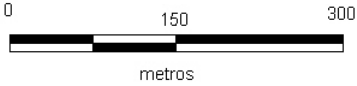


Base: MAILLARD, Phillipe, Cartografia IGC-UFMG (arquivo pessoal)
Elaboração: Paulo Rogério de Paiva Ferreira

ESTABELECIMENTOS PARA VISITAÇÃO EM PIEDADE DO PARAOPEBA

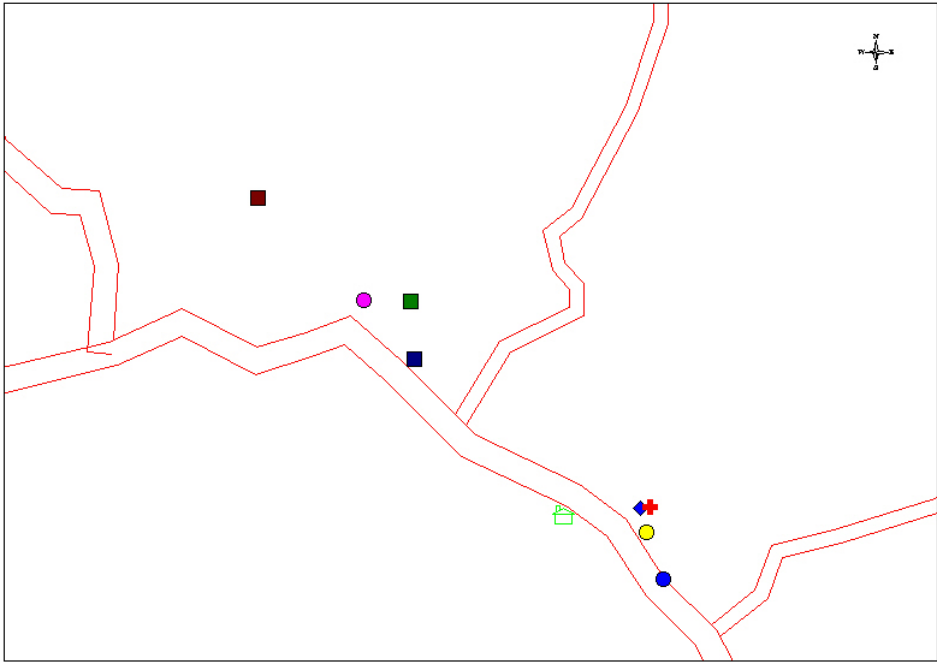


- Estabelecimentos
- Campo de futebol
 - ⊕ Capela barroca
 - 🏠 Casarão colonial
 - 🏠 Casarão do lado norte
 - 🏠 Casario dos sampaios
 - 📍 Entrada da fazenda dos sampai
 - ⊕ Igreja matriz N. S. da Piedade
 - Lote ao lado do cemitério
 - || Ponte
 - Represa
 - 🏠 Sede de fazenda
 - Vias de acesso

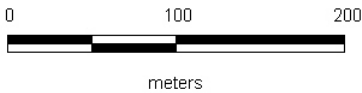


Base: MAILLARD, Philippe, Cartografia IGC-UFMG (arquivo pessoal)
Elaboração: Paulo Rogério de Paiva Ferreira

MAPA DE INFRA ESTRUTURA DE PIEDADE DO PARAOPEBA

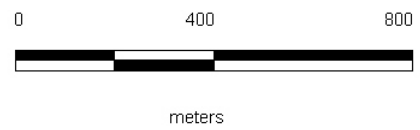
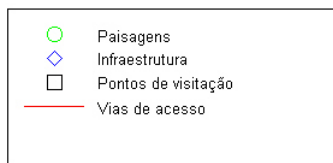
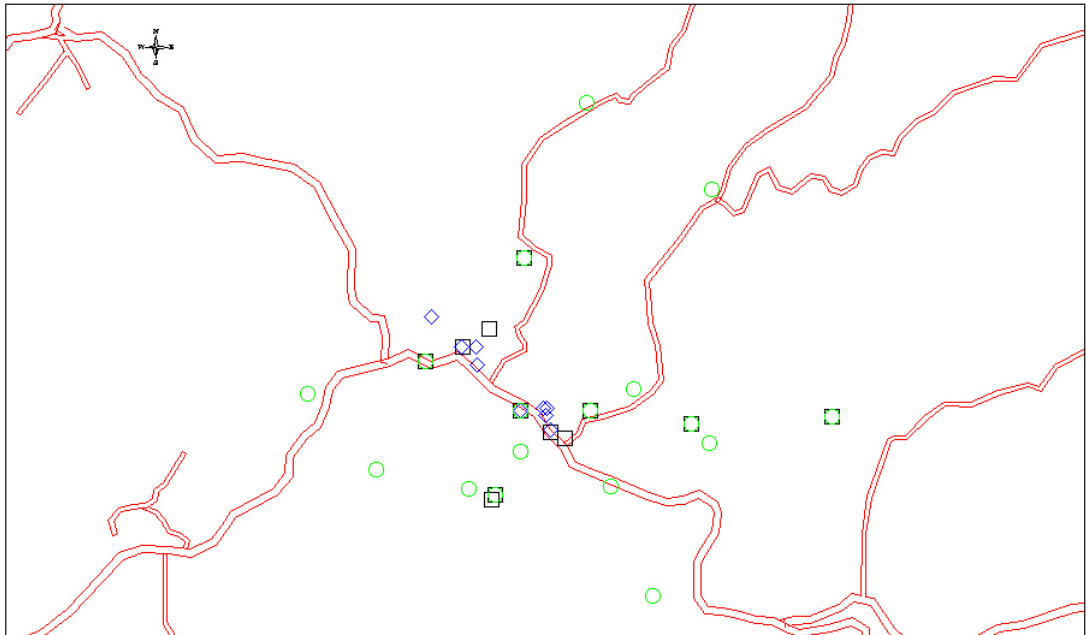


- Infraestrutura
- ◆ Amarinho da nanda
 - 🏠 Casario dos Sampaio
 - Farmácia N.S da Piedade
 - mercearia Celeiros
 - Padaria Pão Santo Antonio
 - ✚ Posto de saúde Piedade do Paraopeba
 - Restaurante e pousada Empório Caipira
 - Restaurante Papa Mel



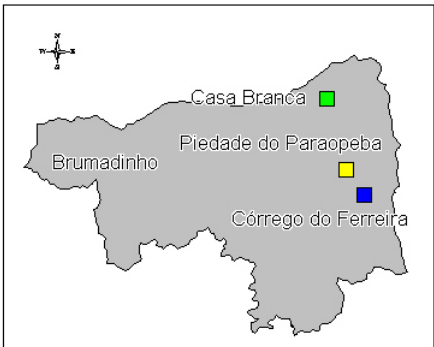
Base: MAILLARD, Phillipe, Cartografia IGC-UFMG (arquivo pessoal)
Elaboração: Paulo Rogério de Paiva Ferreira

MAPA DE VISITAÇÃO TURÍSTICA DE PIEDADE DO PARAÓPEBA

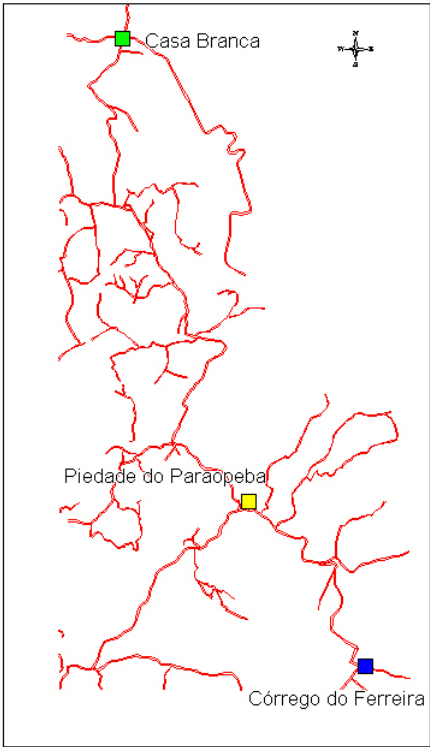


Base: MAILLARD, Phillipe, Cartografia
IGC-UFMG (arquivo pessoal)
Elaboração: Paulo Rogério de
Paiva Ferreira

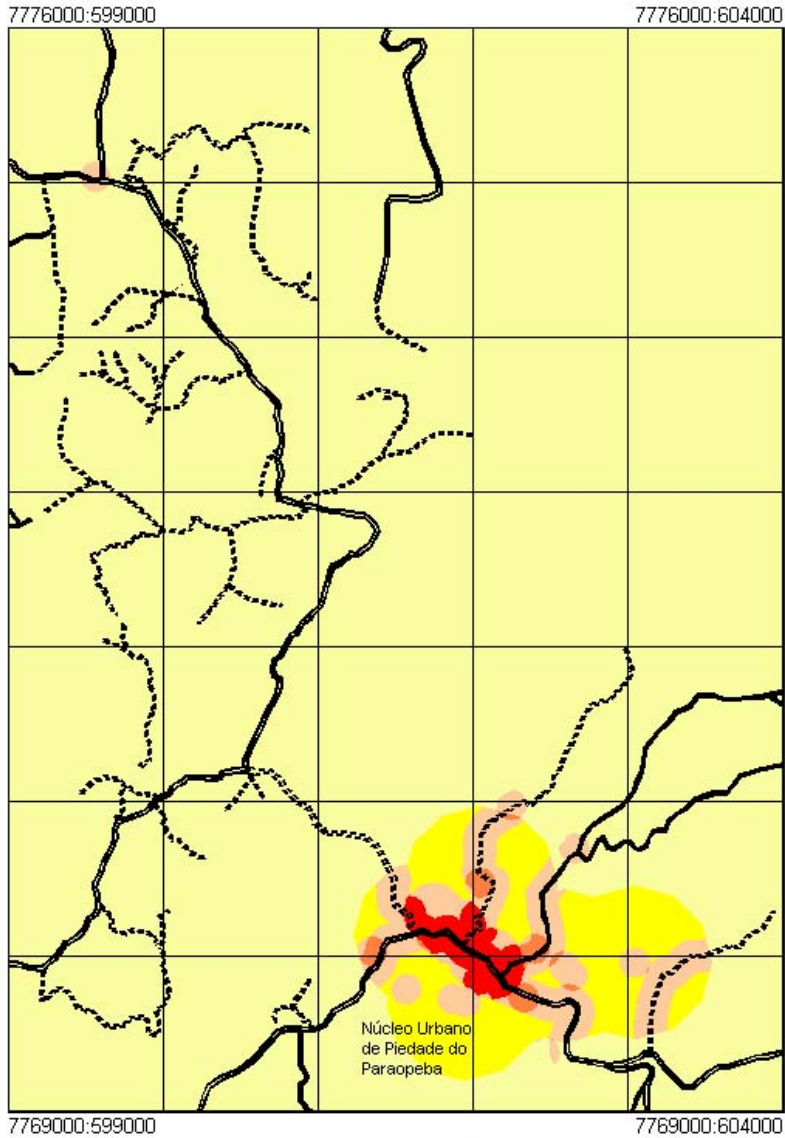
Piedade do Paraopeba: Localização e acesso



Base: Geominas adaptado, 1997
MAILLARD, Phillipe, Cartografia
IGC-UFMG (arquivo pessoal)
Elaboração: Paulo Rogério de
Paiva Ferreira



SAGA/UFRJ
Sistema de Apoio à Decisão
Laboratório de Geoprocessamento
DG - IGEO - CCMN - UFRJ
POTENCIAL DE IMPLANTACAO DE POUSADA



Data: 12/12/aaaa
Resolução: 10m

Fonte:
Cruzamento dos Mapas de Proximidade de Estradas, Area com Infra-Estrutura, Proximidade a Paisagens e Áreas de Visitação

- Estradas
- BAIXO
- BAIXO A MEDIO
- MEDIO
- MEDIO A ALTO
- ALTO

8-Conclusão:

A proposta deste trabalho foi realizar uma análise espacial, tendo o turismo e o município de Brumadinho, especificamente o distrito de Piedade do Paraopeba, como movimentação para a implantação de uma pousada, utilizando ferramentas do geoprocessamento.

A caracterização do que é um bem turístico norteou a escolha para gerar mapa de implantação de pousada na área de estudo. Utilizamos o Software SAGA para as análises do potencial de implantação. O papel do geoprocessamento foi comprovado, como eficaz ferramenta de representação, análise e comunicação de dados espacialmente localizados.

A área central do distrito de Piedade do Paraopeba, próximo a igreja Matriz e a casa dos Sampaio foram o ponto ótimo encontro para a implantação de uma pousada.

9-BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

ABELHA, José Flávio. Pequena introdução a turismologia. Belo Horizonte: Copyrigh, 1999. 145p.

ARENDIT, Ednilson José. Introdução à economia do turismo. Campinas: Alínea, 2000, 142p.

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papyrus, 1995. 164p.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT; Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. *Deliberação normativa n. 385, de 28 de novembro de 1997 - Relação atualizada dos municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo*. Diário Oficial da União. Brasília, Governo Federal, 5/ dez./ 1997, pp. 28872-28874,. seção 1.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT; Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para as organizações locais. Brasília: EMBRATUR, 1994.

COSTA, Jean Henrique. Uma síntese teórica. Revista: turismo, dez.02. (on-line). Disponível na Internet via www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos (23/07/03).

CRUZ, Rita de Cáss. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Roca, 2001. 107p.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.167p.

FERREIRA, Jussara Sílvia Gonçalves. Manual de teoria e técnicas de turismo. Belo Horizonte: SENAC, 1982.83p.

IBRAM. Zoneamento Ecológico Econômico e o Planejamento Ambiental de Municípios Integrantes da APA-SUL RMBH. Belo Horizonte, 2003. SP

JARDIM, Décio Lima; JARDIM, Márcio Cunha. História e riquezas do município de Brumadinho. Belo Horizonte: Fundação Mariana Rezende Costa. 1982. SP

Jornal de Fato. O Jornal de Brumadinho. Outubro/Novembro de 2003

Jornal Folha Vale do Paraopeba. Agosto de 2003.

LE SANN, Janine Giséle. Atlas Escolar de Brumadinho. Brumadinho. Prefeitura Municipal de Brumadinho.2002. 68p.

OMT. Planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável em nível municipal. Madri: OMT, 1994 (Guia para treinamento de agentes multiplicadores e monitores municipais).

PIRES, Mario Jorge. Raízes do turismo no Brasil. Barueri: Manoele, 2002. 236p.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Oficina: plano de desenvolvimento turístico regional no enfoque participativo. (on-line) Disponível na Internet via www.pbh.gov.br (20/07/03).

TURISMO NO BRASIL: novos rumos. (on-line)Disponível na Internet via www.geocities.yahoo.com.br/suelen_hotelaria (23/07/03).